Boletim da Associação 25 de Abril
N.º 62 / 63 Janeiro a Junho 2001
Distribuição gratuita

O Referencial

Editorial

TEMOS SEDE!

Pela primeira vez em nove anos, desde que assumimos o encargo da sua direcção, *O Referencial* falhou a sua regular comparência trimestral junto dos seus leitores. Penitenciamo-nos por esta ausência, mas ela tem uma justificação que, penso, será compreendida.

A publicação do número correspondente ao primeiro trimestre de 2001, que deveria ser efectuada durante o mês de Março, coincidia com a transferência da A25A para a nova sede, que deveria estar concluída por forma a que a sua inauguração se verificasse em 25 de Abril. Foi uma tarefa prioritária que, compreensivelmente , se sobrepôs a todas as outras, mas que mobilizou e hipotecou as pessoas que asseguram o funcionamento da sede e que apoiam a "construção" de *O Referencial*. Além disso os arquivos estavam embalados, os espaços indisponíveis, o equipamento inoperacional, as preocupações sintonizadas noutra onda. Houve assim que tomar a opção, conscientemente assumida, de fazer uma pausa na publicação do nosso boletim.

Por isso esta edição engloba dois números, o 62 e o 63, correspondentes aos primeiro e segundo trimestres de 2001. Quebrou-se o ritmo mas não se altera o ciclo.

* * *

Se a inauguração da nova sede foi causa da nossa pausa, vai também constituir o centro das nossa reflexão e matéria central desta edição.

A A25A vê, finalmente, ultrapassada a sua maior preocupação desde que, de forma arbitrária e algo mesquinha, foi "despejada" do Forte do Bom Sucesso. Depois do arranque para a sua constituição, depois da sua formalização, depois da sua progressiva consolidação, e disponibilidade de um espaço digno e funcional passou a constituir uma condição de sobrevivência.

Outros farão, neste número, a história destes anos de luta, das incompreensões de uns e dos apoios de outros, numa lógica nem sempre linear, das esperanças adiadas e das certezas concretizadas. Recordo que, quando com o nº 26 do primeiro trimestre de 1992 assumi as funções de director, o primeiro editorial que assinei fazia justiça ao governo de então que tinha tido a coragem de pôr à disposição da A25A um imóvel para a sua sede (que depois viria a ser substituído pelo actual).

Foi o ponto de partida para a reparação de uma aberrante injustiça e a sede aí está. Pelo espaço nobre da cidade em que se situa, pela dignidade do projecto e o prestígio do arquitecto Siza Vieira, que o concebeu, pela possibilidade que confere de aí se promoverem actividades culturais, sociais, cívicas e recreativas, pela capacidade de proporcionar apoios logísticos e administrativos, pela potencialidade para se afirmar como um privilegiado polo de convergência, de encontro, de convívio, de participação, de atracção de novos associados, a sede reune excelentes condições para corresponder à sua mais importante missão, a de relançamento da nossa vida associativa em toda a sua dimensão.

(Continuação da pág. 1)

Depende de nós, de todos nós, justificarmos esta oportunidade.

Aos principais responsáveis da A25A, nomeadamente ao presidente da direcção, que chegou a fazer do "objectivo sede" uma razão da sua vida, todos devemos uma palavra de reconhecimento. E é justo que, agora, se dê a oportunidade de, nos próximos anos, justificar a expectativa com que se aguarde a nova era da A25A. A verdade é que, ao cumprirem esta missão aceitaram, de imediato, um novo desafio.

Mas a rentabilização da sede não pode depender só deles. Há que mobilizar todas as vontades, recrutar todas as disponibilidades, incentivar todas as criatividades e apoiar todas as iniciativas válidas para que a A25A possa, com a nova sede, atingir plenamente e, até, ampliar, os fins para que foi criada.

Segundo informação que vamos colhendo, os primeiros sinais são encorajadores. Começou a sentir-se uma outra animação, maior assiduidade e já não só dos habituais, mais curiosidade, mais interesse pelos nossos problemas. Mas o novo espaço social vai também, certamente, denunciar algumas fragilidades estruturais que se escondiam atrás do alibi da inexistência de uma sede condigna. A ultrapassagem destas dificuldades acarretará maiores encargos e estes exigirão dos associados o cumprimento dos seus compromissos. O que vem reforçar o que atrás afirmei. A justificação do direito à nova sede depende, de facto, de todos nós.

Pela nossa parte, *O Referencial* vai procurar integrar-se na nova era da A25A e aceitar os novos desafios. Exactamente por isso, porque os novos desafios o exigem, com acrescida exigência e sentido das responsabilidades. Estas páginas comungaram sempre e deram expressão às ansiedades e às esperanças que os recuos e avanços deste projecto foram alimentando. Desejam que elas venham, também, a reflectir a dinâmica da sua plena realização.

* * *

A direcção de *O Referencial* não pode deixar de se associar às palavras que , noutra secção deste número, são dedicadas ao José Barata Olivença e ao nosso pesar pelo seu falecimento. Como afirmámos no nº 57, quando cessava a sua colaboração, o seu nome ficará, para sempre, ligado à tarefa da renovação do nosso Boletim. A morte veio subtraí-lo do nosso convívio. Mas não o afastará da nossa memória nem apagará a nossa gratidão.

E, retomando o fio condutor deste Editorial, o Olivença foi dos mais inconformados lutadores contra as demoras que a nova sede veio registando. As ingratas ironias da vida não lhe permitiram beneficiar da concretização do seu grande anseio. Mas, mesmo já nos últimos dias da sua vida, deve ter-se sentido feliz por saber que o sonho se tinha concretizado. •

PEDRO PEZARAT CORREIA

Espaço do Vicente

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa

DIRECTOR
Pedro Pezarat Correia

DIRECTOR-ADJUNTO
José Cardoso Fontão

EDITOR
Mário Figueiredo

ENDEREÇOS
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telef. 21 324 1420
Fax 21 324 1429
E.mail: a25a.sec@25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/c Esq.
Telef. Fax: 22 203 1197
4050-092 Porto
Apartado 4678 - 4012-001 Porto
E-mail: a25a_norte@hotmail.com

Delegação de Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação de Canadá
153 Hamilton St
Toronto - Ontario - M4M 2C9

Núcleo do Algarve
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 Faro

Núcleo de Castelo Branco
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

IMPRESSÃO
Tip. Escola ADFA
Largo Outeirinho da Amendoeira
Campo de Santa Clara
1070 Lisboa - Telf. 21 882 2480

TIRAGEM: 4500 exemplares

Distribuiçao gratuita

Depósito Legal nº 32998/89

Editorial 1 e 2
Até sempre companheiro! 4
Da Nova Sede 5 a 11
Ver , Ler e Ouvir 12 a 14
Opinião 15 a 19
Casa de Abril 20 e 21
Comemorações 25 de Abril 22 a 25
Associação de Amizade Portugal Timor Loro Sae 26 e 27
Da Direcção 28 a 31
Delegação Norte 32 a 38
Vamos Aprender Bridge 39

A Direcção apela a todos os associados para manterem actualizadas as suas quotizações

Para pagamento das suas quotas
Envie Cheque – ou Vale do Correio –
endereçado para «Associação 25 de Abril»

Faça transferência bancária:
BTA – Conta 11579948/001
CGD – Conta 0397012770430

ATÉ SEMPRE COMPANHEIRO!

JOSÉ BARATA OLIVENÇA

Falar do José Olivença, agora que nos deixou, é bastante doloroso. Foram mais de dezoito anos de convivência permanente, de lutas constantes, na afirmação da Associação 25 de Abril, tendo-se gerado e cimentado entre nós uma grande amizade.

Sócio colaborador da A25A, desde o seu início, muito se deve ao Olivença, à sua militância sem desfalecimentos, à sua permanente disponibilidade desinteressada, no caminhar que desde a formação percorremos, até ao ponto em que nos encontramos. Por isso me custa mais ter assistido à sua derrota perante a doença, que o impossibilitou de realizar um velho sonho, que era o de entrar e estar na nova Sede. Era um direito que lhe assistia por inteiro e de que não pôde usufruir...

A vida continua, não só para as pessoas mas também para as instituições. É um facto. No entanto, tudo tem sido diferente, e continuará a ser, sem a presença do Olivença. Teremos que nos contentar com a sua memória, procurando preservá-la e dignificá-la, como ele merece.

Como um dos militares de Abril prejudicados, de forma ignóbil e irreparável, devido ao seu envolvimento no processo de instalação e consolidação da democracia e do estado de Direito em Portugal, o Olivença não chegou a ver ser-lhe feita justiça, ainda que tardia. Infelizmente, não é o único que nos deixou nessas condições. O processo tem sido complicado, com responsabilidades de quem, à partida, se podia exigir outro comportamento. A luta continua, mas nós iremos vencer. Devemos isso a muitos e também ao José Barata Olivença.

Até sempre, companheiro e amigo! Um grande abraço, de saudade! •

Vasco Lourenço

O desafio da nova sede

José Cardoso Fontão

Tudo tem a sua sede, até os sonhos, cuja materialização, todavia, passa por condições objectivas e por vontades conjugadas.

Foi o que aconteceu para levar de vencida a dificuldade de se encontrar uma solução digna, definitiva e capaz, para alojar a Associação 25 de Abril.

Poderíamos não ter sido tão bafejados pela sorte. Felizmente, congregaram-se apoios das diferentes áreas políticas de alternativa democrática e foi pacífica a sua aceitação pelo aparelho institucional e pela opinião pública. Sentimo-nos duplamente gratos, por isso e por assim se traduzir o reconhecimento do nosso papel na sociedade portuguesa.

Depois, o sonho desceu à terra no sítio mais certo e com pessoas certas.

Ali, no centro de tradição mais cosmopolita e erudita deste país!... Ali, onde deambularam os homens da Fraternidade Académica do Senáculo e da «Seara Nova», onde se cruzaram os passos de Fernando Pessoa e de Sá Carneiro, de Irene Lisboa e de Florbela Espanca!... Ali, onde ecoa ainda a discussão inspirada nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense sob a égide de Proudhon, a dois passos do balcão de José Fontana e das tertúlias conspirativas contra a ditadura!... Ali, estamos.

Estamos, e estaremos, senhores de um edifício estreado pelo diário republicano "O Mundo", fundado em 1900 e a tempo de se empenhar no combate à ditadura de João Franco. Como era de esperar, foi suspenso em 1927, para dar lugar ao jornal "A Época".

Quer sejamos optimistas quanto à "Verdade Histórica", quer pessimistas, julgando-a fortuita, todos teremos de reconhecer o acerto final e o valor simbólico de tudo isto. Os melhores, os mais puros, os lutadores das causas justas, nos visitariam de bom grado e aos seus vultos tutelares abriremos as portas de uma nova Sede, de um novo "Templo da Utopia".

Mais ainda, se pedíssemos aos Deuses um projecto digno, seríamos contidos na esperança de o ver chegar pela mão de Siza Vieira. Pois... veio!

Aí está ele, já corporizado de um modo soberano que nos pode sugerir a própria liberdade com o seu rosto festivo e uma natureza intrínseca, nobre, mas singela e austera.

É justo enaltecer o Vasco Lourenço, as Direcções, as pessoas e as entidades que conduziram todo este processo ou lhe deram o seu contributo, bem como associar a Mestre Siza Vieira o trabalho do arquitecto Falcão de Campos e o do nosso camarada Pinto Soares.

Agora, tudo está nas nossas mãos. Que valor e utilização vamos dar à funcionalidade que nos é proporcionada? Que ânimo vamos colher em instalações tão dignas, arejadas e luminosas? Que partido tiraremos da sua localização? Que convívio, projectos culturais e cívicos, vamos alcançar?

Um vigor renovado se anuncia, convocando-nos para diferentes formas de participação activa e para trazermos "outros amigos também", jovens que alimentem o futuro, mulheres e homens que amam a liberdade.

Persistindo na nossa rota e nas nossas tarefas, o futuro não mete medo, ainda que nos víssemos com a ironia de Oliveira Martins e os seus "Vencidos da Vida".

Lamentemos, apenas, os que passarem desdenhosos à nossa porta. Eles não sabem que são os "Vencidos da História". •

da nova Sede – Inauguração

"Um novo patamar de exigência e intervenção na sociedade portuguesa..."

compromisso assumido pelo Presidente da A25A na inauguração da nova Sede

"Ao inaugurar a sua nova sede em Lisboa, tão próxima do lugar simbólico onde a Liberdade triunfou em 1974, a Associação 25 de Abril assume, como compromisso da sua própria sobrevivência e preservação do seu capital de reconhecimento público, um novo patamar de exigência e de intervenção na sociedade portuguesa e mesmo nas questões mais complexas que estão posta à Humanidade", sublinhou Vasco Lourenço, no decorrer da concorrida cerimónia de abertura do novo, amplo e acolhedor espaço que alberga, desde Abril passado, a A25A.

Na presença do Presidente da República, Jorge Sampaio, e de muitas dezenas de convidados, amigos e associados, o presidente da A25A vincou a importância da nova dimensão da Associação, que se manterá na "esfera da acção cultural e cívica", guiando-se pelos "grandes desafios do presente – o conhecimento, a informação, a paz, a defesa do ambiente e a plenitude democrática".

Frisou Vasco Lourenço não pretender a Associação ter protagonismo especial, mas, pelo contrário, ser apenas um parceiro e desempenhar um papel "útil e mobilizador".

"***O Homem, como em tantas outras épocas, está – acentuou o presidente da A25A - perante encruzilhadas decisivas, cujas opções marcarão, mais ou menos profundamente, o seu futuro***. Quanto mais essas opções forem construídas por todos, com conhecimento, consciência e vontade, mais provável será o triunfo do saber sobre a ignorância, da concórdia sobre o conflito, do direito sobre a arbitrariedade, da justiça sobre a impunidade, da qualidade sobre a mistificação".

Gratidão

Ao recordar, no início da sua intervenção, o compromisso dos militares de Abril de - após o derrube da ditadura e o empenhamento na construção de um Portugal alicerçado nos valores da Liberdade, Democracia e Dignade do Homem – assumir o objectivo de "preservar e divulgar a memória do património histórico do 25 de Abril, com a participação do

maior número de cidadãos militares e civis, defensores da Liberdade conquistada em 1974", o Presidente da A25A aludiu ao longo e doloroso processo de obtenção de uma sede condigna.

Lembrou a expulsão da Associação do Forte do Bom Sucesso, pelo sucessor do capitão de Abril Garcia dos Santos no cargo de Chefe do Estado Maior do Exército e referiu, sucessivamente, a disponibilidade de Kruz Abecassis e o empenhamento de Loureiro dos Santos (militar de Abril), que obteve de Fernando Nogueira e Manuel Freches, membros do Governo de Cavaco Silva, a cedência do edifício e uma verba para o início das obras de recuperação, e, mais recentemente, o apoio dos ministros do actual Governo, José Sócrates, Guilherme de Oliveira Martins e Pina Moura.

No justo e extenso rol de agradecimentos, Vasco Lourenço recordou, também, o papel da Câmara de Lisboa, nomeadamente da ex-presidente Jorge Sampaio e do seu sucessor, João Soares, na reconstrução do edifício e, obviamente, do arquitecto SizaVieira, autor do projecto, do seu adjunto, arquitecto Falcão de Campos e dos associados Garcia dos Santos, Pinto Soares e Cláudio Marques, membros da equipa que acompanhou as obras da sede.

Momento alto e emotivo do discurso do presidente da A25A foi o da evocação de todos os militares de Abril e de todos os que contribuiram "para que Abril fosse possível".

"Faço-o – concluiu Vasco Lourenço – através dos nossos Sócios de Honra, quer dos já falecidos Sarmento Pimentel, Zeca Afonso, Salgueiro Maia e Melo Antunes, quer dos que com mais de 100 anos, Emídio Guerreiro e Fernando Valle, continuam a luta pelos valores de Abril."

Jorge Sampaio

O Presidente da República manifestou, em breves mas apaixonadas palavras, satisfação pela concretização do sonho dos Militares de Abril de uma sede condigna para o desenvolvimento da sua importante actividade cívica. Recordando o decisivo contributo dos Capitães de Abril para a conquista da Liberdade no nosso país e para a construção da democracia, Jorge Sampaio assinalou, ainda, o carácter simbólico da proximidade do novo espaço do Largo do Carmo, local histórico da queda da ditadura.

O acto inaugural da nossa nova sede incluiu, por outro lado, o lançamento de uma nova edição, revista e actualizada, do livro dos jornalistas Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso sobre o Movimento dos Capitães.

Coube ao o ex-director do "Diário de Notícias" e do "Diário de Lisboa", Mário Mesquita, a apresentação da pioneira "reportagem histórica" de três jornalistas que numa fase ainda embrionária do processo político pós-Abril, mais do que narrar, souberam "explicar" a génese do Movimento das Forças Armadas. No repleto auditório da A25A, o agora professor e investigador na área da Comunicação Social considerou ainda que os autores da obra (reeditada pela D. Quixote) "não escondendo de que lado estavam", mantiveram o distanciamento, neutralidade e rigor que fazem do seu trabalho um "marco e exemplo" na narrativa de um processo histórico em movimento. •

O mundo de Abril

Pelo interesse que tem para a A25A e que constitui uma primeira reflexão crítica sobre o edifício da nova sede, com o qual o autor iniciou a sua coluna no "Expresso", transcreve-se o artigo do arquitecto Graça Dias, nosso consócio. Ao autor e à Direcção do "Expresso", endereçamos os nossos agradecimentos.

Estamos nas margens do Bairro Alto, em Lisboa, no lado poente da Rua da Misericórdia, a antiga Rua d'O Mundo, porque era lá que se situava o jornal com o mesmo nome.

A sede deste antigo jornal foi agora recuperada, de modo a receber a Associação 25 de Abril. Património do Estado, foi entretanto cedido, pelo prazo de 50 anos, à Associação, que queria, desde o final dos anos 80, convidar Siza Vieira para lhe desenhar o ambiente e as adaptações, na oportunidade que surgisse (o arquitecto chegou a fazer um estudo prévio para a ocupação de dois pisos por cima do mítico Solar do Vinho do Porto).

A maior parte dos lisboetas que usa passar por esta zona da cidade lembrar-se-á do estrangulamento que as obras forma provocando, nos últimos tempos, quase em frente ao Teatro da Trindade.

Ao contrário do austero pombalino que ladeia o primeiro troço da rua, entre o Camões e o Teatro, este edifício parecia ser uma peça eclética, de alçado «festivo», com grandes aberturas em arco a nível do primeiro piso, algum movimento «francês» nas massas de revestimento e uma composição mais serena confiada às varandas e aos vãos quadrangulares dos outros pisos.

Na realidade, tratava-se do resultado duma primeira operação de modernização e adequação funcional, seguida duma «irresistível» acção decorativa e simbólica de re-significação do alçado, empreendida no princípio do século XX sobre um outro discreto pombalino. Grandes perfis metálicos reforçaram as fachadas, de modo a permitir a abertura dos vãos a par, no piso térreo e nos dois seguintes, tornando possível a entrada das máquinas que um jornal necessitaria, com os janelões do 2.º andar provavelmente associados a um moderado espaço de redacção. Uma enorme peanha em massa, com motivos esculpidos, segurava um globo – um Mundo –, numa inocente apresentação simbólica-comercial, certamente ousada e memorável, à época. Um esboço tímido de torreão, no alçado, desviando para sul o «equilíbrio» da composição, confiava à aparente negação do sentido de subida da rua, a marcação da entrada no edifício. Havia qualquer coisa de arte nova, pobre e provinciana, como toda a arte nova que se fez em Portugal (entre a permanência do confuso gosto romântico, que exigia a legitimação pelos «estilos», e a nebulosa vontade de transpor para uma economia mais modesta um pouco dos exemplos novos e modernos de triunfante cultura burguesa europeia).

Atrás, quase encostado, separado só por um minúsculo pátio pontual, entretanto ocupado pelo crescer dos pisos térreos confinantes, um outro edifício, voltado à Rua das Gáveas, terá servido ao jornal para um aumento de área, em simultâneo com essa operação de modernização, já que os lotes da Rua da Misericórdia, apesar de disporem de frentes relativamente folgadas, apresentam sempre pequenas profundidades, até porque reconstruíam e consolidavam o fecho desse quadrado maior que associamos mais depressa ao Bairro Alto.

ANTIGA sede do Jornal «O Mundo», o edifício encontra-se ligado a um outro, virado à Rua das Gáveas. Siza Vieira respeitou ambas as fachadas e reconstruiu o interior

Era um pré-pombalino sem história, estreito, com outra racionalidade de cotas, ligado por dentro ao edifício da Misericórdia, através de um sistema atrapalhado de desníveis, suplemento de espaço que funcionava, com o primeiro, como uma unidade suficientemente cristalizada e endurecida pelo tempo, tornando pueril qualquer arremedo de «separação» e violenta qualquer tentativa de resgate das duas originais identidades.

A opção de Álvaro Siza, na adequação destes dois edifícios à instalação do programa da Associação, foi serena ou quase imediata e pragmática. Respeito pelas duas fachadas opostas e quase integral recomposição do que significavam no momento da intervenção (apenas alguma liberdade no desenho da caixilharia de madeira, remetendo à frente, para a memória de minúsculas quadrículas brancas, constatada a impossibilidade material de restauro do «globo»); reconstrução total do interior, com materiais correntes – estrutura de betão, pavimentos em chapas de lioz amaciado nos átrios e escadas e madeira nos diversos compartimentos, com lambris em lioz ou MDF pintado de cinzento muito claro, paredes e tectos estucados e brancos.

A compartimentação foi também tranquila: um (relativamente) grande espaço de recepção, exposições e vendas, a nível do piso térreo, uma sala de refeições (tirando partido dos janelões em arco) e bar no 1.° piso, salas de reunião e trabalhos nos seguintes, pequeno centro de documentação no topo; a atenção, organizadora dos espaços, convergindo para a zona de charneira entre as duas unidades, um pequeno átrio de articulação, quase «natural», onde os tectos não denunciam a passagem, e apenas poucos degraus nos lembram que circulamos entre um e outro objecto. Há agora um ar de clube de província que atravessa o espaço interior, talvez pelo recurso aos lambris, talvez pelas janelas da sala de refeições, certamente pela recusa de qualquer tipo de manipulação do espaço menos convencional (não há pés-direitos duplos, ou imprevistas entradas de luz, ou paredes tortas ou curvas, ou cores inesperadas, ou dimensões enfatizadas, ou suplementos de área surpreendentes e «inúteis»). E aqui reside um aparente paradoxo: Álvaro Siza, que nos habituou a uma constante especulação/interrogação nas obras que desenvolce de raiz, na plasticidade com que faz fluir o espaço por entre a praticabilidade que sempre alcança, jogando com os programas de um modo não imediato, parece-nos aqui preocupado apenas com o conforto, a segurança, e a solidez do resultado, tudo se encadeando através de um discurso que propõe uma espécie de indiferença, uma calma ou paz que vai buscar à colecção dos efeitos já experimentados e que faz ali reunir: fortes, duros, estáveis, adquiridos. Há uma espécie de «respeito» por o que aqueles edifícios, unidos pelo acaso dum programa específico, quisessem ser, ou ter sido, e, então, uma perseguição sistemática às potencialidades duma compartimentação límpida e útil que pudesse um dia ter existido.

Sala de refeições e fachada do edifício na Rua das Gaveas: interior e exterior recriados por Álvaro Siza

Talvez adquirido seja o tema. Adquirido, o simbolismo da Associação que se pretendia instalar, adquirido, o corpo da cidade aonde se chega, adquirida, a alma dos modestos edifícios, das modestas fachadas que iriam ficar destacadas, pelo cinzento claríssimo da sua recente pintura. A contradição, neste jogo de «antidesign», que produz um interior quase banal mas concordante com as duas realidades opostas, reside apenas, quanto a mim, na exclusiva utilização através dos diversos compartimentos de mobiliário desenhado pelo próprio autor. É que esse mobiliário, que noutros contextos poderá comportar-se como um signo, contraposto às aventuras do espaço que passa á volta, marcando-o como uma «âncora» que nos situa e baralha as idades, aqui, numa disposição tão estabilizada e propositadamente anónima, remete-nos quase só para a função que a sua forma acaba por designar (bar, sala de refeições, sala de jogo, sala de reuniões, etc.), não mantendo a parada (alta) que uma certa indiferença e equilíbrio de dimensões ia propondo para uma utilização menos coincidente com a previsibilidade do dia-a-dia. Aquela casa precisaria, talvez, de muito mobiliário diferente, anónimo também, mas proveniência diversa, sem assinatura, provavelmente, sem o omnipresente culturalismo que este faz passar.

Mas é uma casa que ainda agora arrancou. espera-se que as paredes possam começar a acumular vida, estantes, dossiers, quadros menos burocráticos que o lote inicial, marcas, a alegria que Abril incita; presente vibrante, que junto, coleccionado, inconformista e criativo, construa memórias futuras. A base está lá. Adquirida, estável, aberta à apropriação, como toda a verdadeira arquitectura deverá ser, da mais excepcional à mais discreta. •

Sede da Associação 25 de Abril
(Rua da Misericórdia n.° 95, Lisboa)
Álvaro Siza (com a colaboração de
João Pedro Falcão e Campos
e Chiara Porcu) 1995-2000

Actividades da Sede

Dentro das actividades levadas a cabo na sede, desde a sua inauguração, podemos salientar:

- A abertura ao público, coincidindo com a inauguração da Sede, da exposição de encerramento do 1º. NetArtFax 25 de Abril, evento integrado nas comemorações do XXV Aniversário do 25 de Abril.

- Igualmente na mesma data ocorreu o lançamento do livro de Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, ***O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril***, agora reeditado pelas Publicações Dom Quixote e enriquecido com prefácio do Prof. Boaventura Sousa Santos, do qual recomendamos a sua leitura/releitura dado tratar-se de uma obra conjunta de três reputados jornalistas que viveram a génese e evolução do Movimento dos Capitães e a sua natural consequência: o 25 de Abril de 1974: Apesar de escrito em cima dos acontecimentos, logo sem o distanciamento crítico que o tempo proporciona, constitui uma referência para quem queira conhecer com rigor o que foram os antecedentes próximos, e até alguns longínquos, do 25 de Abril e as primeiras horas que se seguiram àquela data.

- Tivemos posteriormente, a 30 de Maio, o lançamento da obra de Jaime Serra, ***O Abalo do Poder... Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975***.

- Em 31 de Maio ocorreu a apresentação da obra de António Bernardo Colaço e António Carlos Gomes, ***Sindicalismo na PSP – Medos e Fantasmas em Regime Democrático***, através da qual se pretende dar a conhecer aquilo que constitui a vivacidade e a vitalidade de alguns agentes da PSP para a conquista de um espaço na democracia portuguesa.

- Por último, a 6 de Junho teve lugar ainda mais um outro lançamento editorial, de ***Grandes Planos – Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974***, da autoria de Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena, numa edição conjunta da A25A e da ncora Editora, patrocinado pela Comissão Executiva para as Comemorações dos 25 Anos do 25 de Abril de 1974. Esta obra, saída da pena de três jovens jornalistas, procura situar a luta travada pelos estudantes portugueses, entre 1956 e 1974, contra uma ditadura ideologicamente implacável e politicamente repressiva, e levada a cabo em nome do direito de aprender, contra a guerra que então Portugal travava em África, contra as prisões por delito de opinião, o colonialismo, o capitalismo, contribuindo, assim, com a sua quota parte para o derrube de um poder iníquo. É de realçar e louvar que jovens que não viveram a época agora retratada se tenham dedicado à prestimosa tarefa de colocar em letra de forma os factos e as vivências que são património de todos nós, fazendo-nos, assim, acreditar que os ideais da liberdade e da democracia felizmente atravessam a nossa sociedade, não olhando a faixas etárias e que os ideais que Abril consubstancia se encontram vivos e presentes entre os mais jovens.

Fórum

A entrada em funcionamento da nova sede Nacional, aumentou sensivelmente as possibilidades de actuação da A25A. Com o edifício inauguraram-se também novas responsabilidades de relacionamento com os associados e com o País.

Entendeu a Direcção da A25A criar um Fórum dedicado à cultura, ás artes plásticas, à literatura, à sociedade, um lugar de encontro entre nós, e entre nós e os outros. Um lugar de liberdade.

A Direcção da A25A aprovou um regulamento, onde se definem as condições em que os interessados poderão promover as suas actividades, sejam lançamentos de livros, exposições, etc.

Bridge – Torneio

Como primeira iniciativa de bridge, organizou-se um torneio comemorativo da inauguração da Sede e do 27.º Aniversário do 25 de Abril.

Com a participação de vinte e dois pares, constituiu uma jornada de competição e convívio e abriu as portas à prática do bridge, que se pretende incentivar nas nossas instalações.

Resultados:

1.º António Lopes/Grácio Ribeiro
2.º Carlos Ferreira/J. Pinto Costa
3.º Vasco Lourenço/Luís Galvão
1.º par A25A (não acumulável):
Azevedo Paulo/Inocêncio Araújo

1974 – Cessar Fogo em África de David Martelo

A já vasta bibliografia disponível sobre o fim do império colonial português tem secundarizado – ou mesmo omitido – o período de transição que percorre o derradeiro ano da guerra e se prolonga pelos primeiros quatro meses do pós-25 de Abril até ao estabelecimento da paz. Neste seu novo livro, David Martelo analisa – com o rigor documental e capacidade analítica a que já habituou o leitor – esse tempo de hesitações e dúvidas, estabelecendo a «ponte» indispensável entre a guerra e a descolonização.

Através de uma expressiva e elegante narrativa, o autor transporta os leitores para o cenário de um dos momentos mais decisivos da história de Portugal: o de se saber se era a Democracia que proporcionaria a Descolonização, ou se, pelo contrário, era a Descolonização que possibilitaria a Democracia. Na parte final da obra, David Martelo recorda o longo processo que conduziu ao cessar-fogo na Argélia, em 1962, numa comparação que considera recomendável anteceder qualquer adjectivação da descolonização portuguesa.

Próximo debate

É uma obra que consideramos fundamental para permitir compreender melhor todo o processo de descolonização. Servirá, aliás, de instrumento de um debate mais aprofundado que iremos promover. Isto, porque, apesar de como referiu o David Martelo na sessão de apresentação do livro «a maior parte dos Portugueses contemporâneos dos acontecimentos nele abordados tendem a ter sobre a Revolução e a descolonização opiniões definitivamente formadas, optaram ideologicamente por determinada postura e estão poucos disponíveis para rever, com serenidade, os turbulentos dias que procurei reconstituir». Apesar disso tudo, talvez consigamos tirar algumas das «teias de aranha» que existem na cabeça de muitos...

Vasco Lourenço

Intervenção do Gen. José Alberto Loureiro dos Santos na sessão de lançamento

A afirmação do Prof. Freitas do Amaral no seu livro *O Antigo Regime e a Revolução*, sobre o comportamento das Forças Armadas, durante o processo de descolonização, são, no meu entender, a razão de fundo que levou o coronel David Martelo a escrever o livro que tenho, neste momento, a honra de apresentar.

Partindo da referida declaração, que cito - «Falharam, em primeiro lugar, as nossas Forças Armadas. Pois tendo sido capazes de lutar durante catorze anos por um sonho, não souberam lutar durante catorze meses por uma realidade», partindo desta sentença, altamente gravosa e desprestigiante para as nossas Forças Armadas, David Martelo, num livro que se lê de um sôfrego, pelo interesse que suscita, demonstra, claramente que a frase não passou de uma boutade, surpreendente num homem de inegável gabarito intelectual.

Esta «enormidade» (passe o termo) apenas pode ser explicada por ter sido escrita nos princípios de Novembro de 1975, portanto numa altura em que o «politicamente correcto» fazia das Forças Armadas o bode expiatório da descolonização, e não só, ou então por notória ausência de informação do ilustre professor. Inclino-me mais para a segunda hipótese. Mas o que mais espanta é que esta frase seja reutilizada pelo distinto político, num livro por ele publicado em 1995, para o que, sinceramente, não vejo qualquer explicação.

Aliás, ainda hoje é corrente a opinião de que as Forças Armadas foram responsáveis pela forma como decorreu a descolonização. Mais uma razão que faz com que esta dissertação desenvolvida pelo autor seja extremamente útil, em proveito do rigor histórico e, se possível, para elucidação da opinião pública.

•

Com este livro, o coronel David Martelo presta um relevante serviço às Forças Armadas, e ao País, demonstra mais uma vez a sua craveira de investigador, em assuntos da História Contemporânea de Portugal, e confirma a sua maneira inteligente de abordar problemas delicados, como já aconteceu nas suas três obras anteriores, também da Europa-América, O Exército Português na fronteira do futuro, em 1997, As mágoas do Império, em 1998 e A Espada de dois gumes, em 1999.

Aliás o autor, que apresento com grande prazer, intervém civicamente, com frequência, e com lucidez, através de colaboração na Imprensa, sobre assuntos de segurança e defesa.

Com uma brilhante carreira, que o honra, participante activo do «25 de Abril de 1974», pelo que ostenta a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, tendo servido em África, onde fez duas comissões, o coronel Martelo abandonou o serviço activo do Exército, num momento em que, mais uma vez, responsáveis políticos trataram as Forças Armadas, de forma inqualificável, impondo leis iníquas, e, afinal, desnecessárias.

•

O nosso autor teve a feliz ideia de expor, como contraponto ao assunto essencial do seu livro, e que lhe dá o título, o modo como se processou o cessar fogo nas colónias portuguesas em África, com a forma como decorreu fogo decorreu na Argélia.

Desta análise e comparação, que constitui o penúltimo capítulo do livro, ressaltam conclusões da maior importância, que a muitos certamente surpreenderão. Cito uma das frases dessas conclusões: «Em suma: menor território, maior apoio moral da população, melhores condições climatéricas e eficaz controlo das fronteiras (como condições em que decorreu o cessar fogo na Argélia) são argumentos mais do que suficientes para concluir que foi a todos os títulos brilhante o compor-

tamento das tropas portuguesas em África, quando comparado com o das suas congéneres francesas na Argélia.»

•

Houve quem dissesse que as forças armadas de qualquer país são, e actuam, em função dos procedimentos do poder político, o que me parece não merecer contestação. Um poder político coerente, e sem ambiguidades, capaz de, inteligentemente, definir os objectivos adequados ao porvir histórico da comunidade nacional, forja forças armadas eficientes e determinadas. Um poder político «ondulante», por incompetência ou incoerência, que emite discursos diferentes, em termos de objectivos, e mesmo contraditórios, confunde as forças armadas, torna-as inseguras, desorganiza-as, provoca tensões no seu interior.

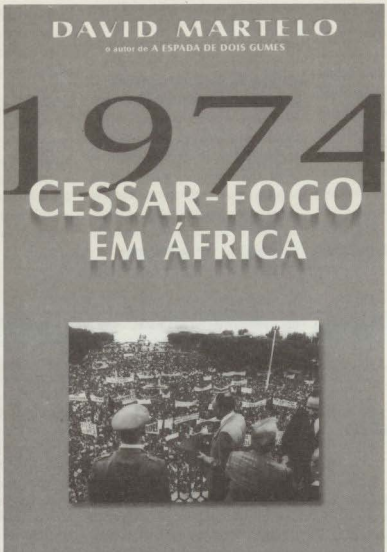
Neste tão oportuno livro, também esta questão é abordada e escalpelizada, a propósito das contradições de alguns dos principais protagonistas políticos, que se verificaram durante a descolonização.

Com rigor, e através de abundante análise dos textos, antes e após o 25 de Abril, assim como ao longo do conturbado período revolucionário, até às assinaturas dos acordos de cessar fogo com os movimentos independentistas da Guiné, Angola e Moçambique, o autor deslinda contradições e relembra algumas das misérias e grandezas que vieram a lume na época.

•

A sequência dos sete capítulos, e os seus títulos dão uma ideia de como o autor desenvolveu o tema.

No primeiro, sob a epígrafe A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril, David Martelo descreve o quadro militar em Angola, Moçambique e Guiné, recorrendo a citações de personalidades tão insuspeitas, como os respectivos comandantes chefes, e explica as principais razões pelas quais as tropas portuguesas se viram obrigadas a ultrapassar-se nos seus esforços, com grande competência e profissionalismo, dado o diferencial de potencial de combate, favorável aos guerrilheiros; a forma como a população branca ignorava, na prática, o esforço militar que estava em curso; e o modo como o País ia exaurindo os seus meios humanos, financeiros e morais, com uma guerra sem sentido, à revelia da História; além de outros elementos que é importante recordar, para fazer um juízo correcto sobre o modo como se veio a assinar o cessar fogo.



No segundo, intitulado Soluções para a guerra, além de outros aspectos de grande lucidez, relembra a posição de Homem de Mello, em 1962, no seu livro, Portugal, o Ultramar e o futuro, advogando que «os territórios de África não podem vir a ser outra coisa senão países independentes ou interdependentes da actual metrópole», posição esta totalmente divergente da política oficial, que pode ser condensada na expressão «A Pátria não se discute, defende-se». Apresenta as três perspectivas para terminar a guerra, a das Nações Unidas, as propostas da oposição democrática e a de António de Spínola, explicitada na obra Portugal e o Futuro, realçando as diferenças e semelhanças entre elas. Debruça-se sobre a maneira como o general Spínola encarava a hipótese de assumir as responsabilidades do poder.

No terceiro, denominado O Programa do MFA e a questão colonial, descrevem-se, essencialmente, e com certo pormenor, as reacções de Spínola às propostas do MFA sobre o problema das colónias, nomeadamente a última emenda que fez ao respectivo Programa, sobre a questão, na noite de 25 para 26 de Abril.

No quarto, intitulado No rescaldo da vitória, realça uma frase do Presidente da Junta de Salvação Nacional, na sua mensagem ao País, na madrugada de 26 de Abril – a Junta de Salvação Nacional (...) assume o compromisso de garantir a sobrevivência da Nação no seu todo pluricontinental», frase que expressava uma política em contradição com a vontade do MFA. O autor considera-a como o rastilho que provoca o eclodir de tensões, tanto na cúpula dirigente

como entre as correntes de opinião que se opunham entre si, que se foram desenvolvendo em crescendo e que originaram efeitos de grande importância, entre os quais a desmotivação dos combatentes.

No quinto capítulo, David Martelo trata o tema O difícil caminho da paz, onde, entre outros eventos, relata e analisa as disputas entre aqueles que defendiam a via de uma solução democrática, à qual faltava tempo para se efectuar, e a via de uma solução revolucionária, como acontecera na Argélia, negociando o cessar fogo com os movimentos emancipalistas, para quem, no mesmo momento, seria transferido o poder. Interroga-se sobre se a atitude das tropas, que, no terreno, se relacionam pacificamente com os guerrilheiros, é uma atitude de diplomacia paralela ou de indisciplina; descreve os acontecimentos militares no terreno, destacando o aumento do número de baixas nos TO em que se continuou a combater; chama a atenção para as vulnerabilidades do recrutamento local; escalpeliza a proposta de Palma Carlos sobre a questão colonial (que considera positiva); refere-se e comenta o discurso de 24 de Julho de 1974, no qual Spínola admite a independência das colónias, as suas consequências, na comunidade internacional, nos líderes dos guerrilheiros, e no terreno.

Além de se debruçar sobre o caso da Argélia, no sexto capítulo, como já referi, termina com um Epílogo, onde sintetiza os principais factores condicionantes da forma como se passou a descolonização, dos quais destaco: o tempo disponível, por Portugal e pelos movimentos independentistas, como elemento central do decurso de todo o processo; as ambiguidades da missão às tropas, provenientes do poder político, como elemento perturbador, assinalando algumas questões, entre as quais «Que confiança se estabelecia entre as tropas combatentes e os seus superiores hierárquicos quando se afirmava que a solução das guerras do Ultramar é política e não militar, e, logo de seguida, que é nossa intenção continuar a lutar contra as guerrilhas?»

•

São fascinantes os elementos de novidade neste livro, inteligente a sua interpretação, lúcidas as considerações que o autor explana.

Pode-se concordar ou não com os seus pontos de vista, mas é inegável que, com esta obra, o coronel David Martelo faz reviver um problema, que urge ser esclarecido, para o que se justifica um debate sério, de que o livro pode ser o início.

•

A editora Publicações Europa-América está de parabéns por ter incluído nas suas edições este quarto livro de David Martelo. É mais um serviço que presta à História e ao País.

Ao coronel David Martelo, pelo trabalho que efectuou, apresento as minhas mais calorosas felicitações. Ele reforçou o respeito intelectual que já por si tinha.

Espero que não seja o último o último livro da sua autoria. Aguardo outras análises, outras investigações, com que enriquecerá os meus conhecimentos.

3 de Maio de 2001.

António Pedroso Lima

Quando informei o meu amigo Vasco Lourenço de que gostara muito de ler o livro do Coronel Martelo "1974-Cessar fogo em África" e lhe sugerri que a Associação organizasse uma sessão de reflexão sobre o livro, estava longe de supor no que me iria meter. Disse-me que achava muito bem que se fizesse tal reflexão, mas havia que dar tempo para que o livro fosse lido por mais gente, para o que poderia contribuir um comentário meu, visto que gostara tanto.

Perante esta demonstração de que o nosso Presidente não brinca em serviço, não tenho outro remédio que não seja apresentar o brevíssimo comentário que se segue, aliás de utilidade duvidosa, tanto mais que se segue a um excelente trabalho do General Loureiro dos Santos, a que pouco poderia acrescentar.

Limito-mo por isso a apresentar as principais razões porque considero importante que este notável livro seja lido por o maior número possível de associados e que possamos depois reflectir sobre a problemática que levanta.

Em primeiro lugar considero importante a contribuição do livro para que, de uma vez por todas seja reconhecida, a impossibilidade de as Forças Arma,das, em 1974, assegurarem um período da ordem dos 14 meses para permitirem uma "solução democrática", que implicava a mudança da Constituição, referendos e o prosseguimento da Guerra... O conhecimento desta matéria que o livro proporciona, sem o esgotar, evidentemente, tem a vantagem de tirar teias de aranha da cabeça de muita gente, e de evitar que o assunto possa ser tratado da maneira como o foi pelo Doutor Freitas do Amaral (que até foi Ministro da Defesa), revelando não só um inesperado desconhecimento da instituição militar mas também uma forma de exercer a política que não é compatível com o Portugal de Abril.

Em segundo lugar, o livro apresenta um estudo comparativo com a descolonização argelina e que julgo inédito. Nele está brilhantemente demonstrado que os franceses, embora tivessem no terreno forças muito superiores em número e equipamento, as exigências que os seus interlocutores argelinos lhes fizeram e que aceitaram foram precisamente as que tivemos de aceitar perante os Movimentos de Libertação.

Por fim, acrescento que o livro é um trabalho de grande qualidade, lúcido, sereno e inteligente que me deu um grande prazer ler. Li-o em dois dias, pela simples razão que me era difícil parar. Reconheço que o livro tem, para mim, a vantagem de permitir que, quando alguém me abordar sobre este assunto, eu poder afirmar que estou numa posição de indiscutível superioridade porque já li o livro e, portanto, é melhor adiar a discussão para quando ele o tiver feito. É indispensável essa leitura. Espero também que o leitor que teve a paciência de me ler até aqui também o faça, tanto mais que isso lhe permitirá participar, devidamente preparado, na sessão de reflexão que o nosso Presidente irá marcar...

CICLISTAS

Nuno Santa Clara

As recentes declarações de um ex-Ministro da Defesa de que, caso o Poder assim o entendesse, seriam as Forças Armadas equipadas com bicicletas em vez de submarinos, levantaram um coro de protestos dentro e fora do meio castrense.

Não é, decididamente, o meu caso. Concordo com a sugestão, e por várias ordens de razões: históricas, corporativas, estratégico/tácticas e sociais.

Históricas, porque me custa ver sistematicamente apagar as tradições do nosso Exército: extinguem-se Unidades, mudam-se uniformes, esquecem-se celebrações. Ora, a criação de uma unidade de ciclistas seria fazer reviver dos Batalhões de Ciclistas, que tão bem serviram na I Guerra Mundial, e que foram ingloriamente extintos pela motorização. As unidades de ciclistas a criar seriam, assim, herdeiras das tradições daqueles nobres veteranos.

Corporativas, porque parecendo-me pacífico que as tais unidades pertenceriam ao Exército, isso representaria finalmente um primeiro passo em direcção do reequipamento do Galho (designação que prefiro à de Ramo, por desactualizada); ainda que modesto, o investimento teria ainda a vantagem de poder ser satisfeito pela indústria nacional, normalmente arredada destas aquisições. E o combustível utilizado (batatas, feijão, toucinho) é também de produção nacional.

Estratégicas, porque, além do dito sobre o sector industrial, o factor surpresa, quase sempre na origem das grandes vitórias, estaria garantido. Ninguém esperaria tal solução, mesmo com o exemplo histórico do emprego de bicicletas na pista Ho-Chi-Min. Idem a nível táctico, porque a marcha da bicicleta é

consabidamente silenciosa. Mesmo no mar, e ao contrário de alguns comentários desdenhosos, a bicicleta tem larga aplicação, depois de devidamente dotada de flutuadores. Não só pode fazer longas patrulhas na ZEE, tirando partido da sua diminuta silhueta, fraco eco radar e navegação silenciosa, como pode ainda participar na luta anti-submarina, aproveitando as características anteriormente descritas, mas agora dotada de cargas de fundo; estas, dado o seu elevado peso, teriam de ser divididas em partes e rapidamente montadas no local de ataque, por um encaixe tipo LEGO; assim, um pelotão de Ciclistas Anfíbios poderia aproximar-se discretamente do submarino, montar e lançar a carga, e afastar-se pedalando velozmente para evitar a explosão. Também na guerra de minas a sua actuação seria útil, recomendando-se, no entanto, a dotação de flutuadores de reserva.

Quanto ao equipamento, bastaria uma distintiva boina azul marinho, farda em tons de algas verdes, vermelhas e castanhas (conforme a Natureza) e barbatanas a condizer. As bicicletas deveriam ser de vários tipos: de corrida para águas costeiras e interiores, modelo BTT para mar cavado e de montanha para mar alteroso.

Sociais, finalmente, porque não podemos esquecer o necessário entrosamento dos meios civil e militar. Ora, uma unidade, digamos, um Batalhão de Ciclistas Anfíbios não deixaria de ter impacto sobretudo na área do desporto. Os seus militares seriam por vocação e obrigação praticantes do triatlo, e a breve prazo Portugal seria o expoente máximo nesta modalidade, fazendo esquecer os desaires que se têm registado nas nossas prestações internacionais, reavivando assim o orgulho nacional, pelo erguer, repetido e sistemático, da Bandeira Nacional nos o pódios de todo o Mundo.

Costa Gomes, o mensageiro da Paz

Martins Lopes

Conheci Costa Gomes há cerca de vinte e cinco anos e tive o privilégio de acompanhar de perto o seu percurso durante mais de uma década.

Imerso já em múltiplas actividades não se descortinava nele de imediato o militar que tanto prestígio granjeara e a faceta de político hábil e perspicaz que em passado recente conduzira os destinos do País.

Naquela simplicidade e distanciamentos aparentes ali estava alguém completamente entregue e dedicado à causa da Paz, ***como o melhor e mais precioso bem da Humanidade, sem o qual não pode haver segurança, justiça, fraternidade e harmonia***.

No seu passado as preocupações pela paz, a contenção e eliminação da violência eram bem evidentes, constituindo como que um fio condutor na sua vida: a promessa feita à mãe, em plena guerra civil de Espanha, de evitar situações semelhantes em Portugal; o acompanhamento em Macau dos efeitos da guerra civil na China e na Coreia; o seu comportamento no golpe "Botelho Moniz"; a sua forma de comando nos diversos teatros de operações, especialmente em Moçambique e Angola; a sua actuação após o 25 de Abril.

O aparecimento de Costa Gomes em múltiplas actividades de carácter nacional e internacional rapidamente o afirmam, tanto mais que ele é uma das figuras que identifica o novo Portugal: por ter contribuído para a estabilidade da Revolução dos Cravos a partir de 28 de Setembro; por ter ganho a confiança e o aplauso internacional na Assembleia Geral das Nações Unidas em Outubro de 1974 e por ter assinado a Acta de Helsínquia em 1 de Agosto de 1975.

Terminadas as funções presidenciais a disponibilidade de Costa Gomes para as actividades da Paz é tanto maior quanto mais o poder político em Portugal o ignorava e até hostilizava.

Como mensageiro da Paz vai colocar ao seu serviço as suas múltiplas facetas: de militar, de internacionalista, de religioso.

Com a sua vasta experiência de militar, temperada nas guerras do Ultramar e assente em vastos conhecimentos, inclusive a nível de armamento nuclear (assistira a experiências nucleares nos EUA), rapidamente influenciou com as suas análises as organizações não-governamentais e os cidadãos, que, no quadro das Nações Unidas desenvolviam iniciativas em prol da Paz e do desarmamento.

Em plena guerra fria e consciente da luta ideológica que à sua volta se desenvolvia não hesitou em demonstrar os perigos para a Humanidade da corrida armamentista que poderia conduzir ao holocausto nuclear e bem assim a irracionalidade das teorias da guerra nuclear limitada. As suas preocupações nesta área tiveram eco noutros destacados militares que com ele criaram a Associação dos Generais para a Paz e Desarmamento (1981).

Como internacionalista a actuação de Costa Gomes não tem fronteiras levando as suas apreciações e a sua presença para as principais áreas de conflito, granjeando prestígio para Portugal, tornando muitas vezes Lisboa o palco privilegiado do diálogo e da aproximação entre as partes, através da realização de várias conferências mundiais de sensibilização para os mais prementes problemas da conjuntura internacional.

Os diferentes conflitos regionais estarão no percurso de Costa Gomes: na África Austral (luta contra o *apartheid* e solidariedade com os Países da Linha da Frente); no Médio Oriente (apoio à causa palestiniana); no Sudeste Asiático (apoio ao processo de pacificação onusiano no Kampuchea); no Sudoeste Asiático (crítica à intervenção soviética no Afeganistão); na América Central (apoio às iniciativas do Grupo de Contadora).

Neste âmbito se situa a sua sensibilidade para a situação de conflito na Coreia, que já vinha de 1950, aquando da sua permanência em Macau, relacionando-se com a Coreia do Norte através do Comité Internacional de Ligação para a Reunificação e a Paz na Coreia (CILRECO) e da Associação de Amizade Portugal-Coreia do Norte e, a partir de 1992, com a Embaixada da Coreia do Sul, em Lisboa.

Como religioso e apoiado num grande sentido ético e ecuménico participou em diversas iniciativas e movimentos, entre as quais a Associação dos Cristãos para a Paz, na qual a educação para a Paz constituía um meio de afirmação da dignidade humana e a

prática da solidariedade uma forma de superação dos conflitos. Aqui as diferenças políticas, sociais, ideológicas e religiosas não eram consideradas importantes face aos horrores das ameaças à própria vida, encarada como um Dom Sagrado do Deus da Vida e Senhor da Criação.

Quando em 1989 fui convidado para me deslocar a Moscovo, a fim de participar numa Conferência sobre a Paz e o Desarmamento fiquei então convencido que estávamos na melhor altura para se poderem lançar as bases, sobre a paz, o desarmamento, o bem estar social dos povos, baseados numa nova mentalidade e cultura, num novo relacionamento entre os povos, em que o humanismo e a solidariedade seriam capazes de operarem o milagre de reconhecermos que nem os povos, nem os homens poderão ser felizes se à sua volta existir a miséria, a fome, a doença, a degradação que modificando os seres humanos os tornam ferozes, sem o mínimo respeito por si próprios e pelos seus semelhantes.

Estamos longe deste período, não só porque não modificámos as nossas mentalidades e o sistema educativo e porque não implantámos nas nossas relações, justiça, humanismo e solidariedade, que tornem mais amenas, claras e transparentes as nossas relações. (...) Hoje, mais do que nunca, os desafios mais importantes que se põem aos homens continuam a ser a preservação da paz, o respeito pelos direitos do Homem, a implantação de uma justiça social transparente, a ajuda humana e solidária dos que têm aos que precisam. (Intervenção de Costa Gomes na XIV Assembleia da Paz do CPPC, Lisboa, 1992).

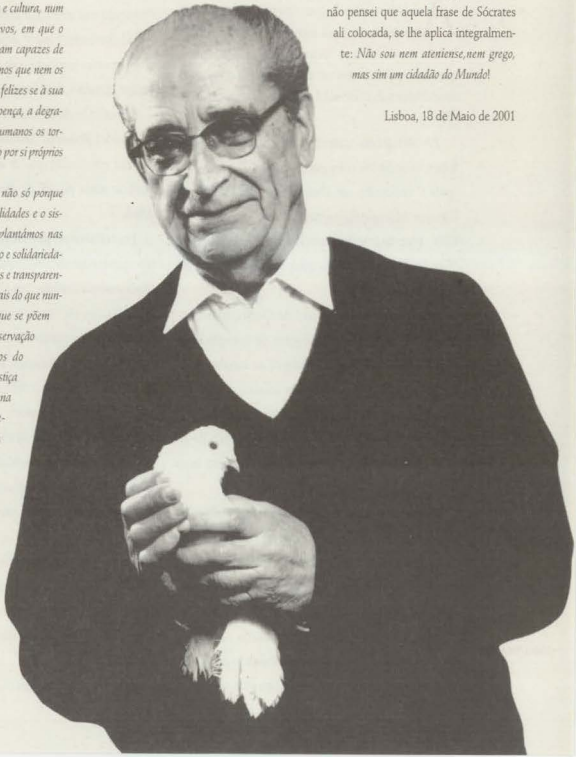
Realmente não se tem feito no Mundo uma persuasão eficaz para que cada elemento humano dê as mãos ao seu semelhante de forma mais fraterna e solidária. Não porque não existam códigos de conduta (a nível da ONU, Carta de Helsinquia e outros), mas ao nível de uma educação individual, para que cada ser humano abrace aquele que está próximo, com vista à manutenção da Paz. (...) Julgo que nós caminhamos para um Mundo onde a Paz será cada vez mais assegurada pelos próprios cidadãos existentes sobre a Terra, ainda que não se dispense a participação dos diferentes poderes constituídos (sociais, económicos, políticos e culturais). (Intervenção de Costa Gomes na XVIII Assembleia da Paz do CPPC, em 29 de Janeiro de 2000)

As Nações Unidas ao distinguirem Costa Gomes com o galardão de "Mensageiro da Paz" reconheceram o seu esforço e o seu exemplo.

Para Costa Gomes, *Só através da educação e cultura poderemos esperar, no futuro, que os cidadãos pensem e ajam, não em termos de cobiça, ódio e dominação, mas em espírito de confiança, cooperação e amor.* Este afigurava-se-lhe ser *o caminho mais seguro para aperfeiçoar o homem e a sociedade.*

Acompanhando a evolução da situação de saúde de Costa Gomes no Hospital de Santa Maria e ao entrar e sair na estação do metro da Cidade Universitária, quantas vezes não pensei que aquela frase de Sócrates ali colocada, se lhe aplica integralmente: *Não sou nem ateniense, nem grego, mas sim um cidadão do Mundo!*

Lisboa, 18 de Maio de 2001



O "Jubileu" do 25 de Novembro de 1975

As comemorações do 25º aniversário do "25 de Novembro", que caíram no ano 2000, constituíram uma espécie de comemoração "jubilar", só faltando a "bênção papal" e o "decreto", que muitos desejavam ver promulgado, considerando o dia feriado nacional e deixando de o ser o 25 de Abril.

As iniciativas comemorativas da efeméride foram anunciadas com grande antecedência para o "palco" montado em Oeiras pelo presidente da Câmara Municipal, Isaltino Morais, dirigente do PSD, pretensamente apoiadas por uma fictícia "Comissão de Honra" na qual, em boa verdade, só faltou incluir o Papa...

Não apenas nesse "palco" de Oeiras, mas também na generalidade dos órgãos de comunicação social (jornais, televisão e rádio) as intervenções comemorativas daquela data foram, com raras excepções, no sentido de desvalorizar o 25 de Abril e de considerar a acção contra-revolucionária de 25 de Novembro de 1975 como o verdadeiro acto redentor do povo português.

O sinal de arranque para esta orquestração foi dado superiormente pelo general **Loureiro dos Santos**, um dos intervenientes no "palco" de Oeiras, que foi durante muito tempo secretário permanente do Conselho da Revolução e um dos cérebros no planeamento das operações militares de 25 de Novembro de 75. Num artigo publicado no Diário de Notícias de 12 de Outubro, junto com uma série de falsidades acerca do papel do Partido Comunista Português nos acontecimentos em causa, afirma que *o 25 de Novembro é que é, de facto, o acto final definidor ou esclarecedor (fundadore) do actual regime.* (A interrogação/ dúvida é dele, Loureiro dos Santos - JS.)

Nesta linha de pensamento, mas já sem dúvidas, "o coronel **Roberto Durão** é mais conclusivo ao afirmar em Oeiras que ***A democracia que temos deve-se mais ao 25 de Novembro que ao 25 de Abril***. (1)

Foi certamente por prever este tipo de reflexões tão inquinadas de sectarismo reaccionário, conhecendo os seus autores, que a ***Associação 25 de Abril*** se demarcou de tais comemorações e que **Vasco Lourenço**, seu presidente, fez uma reflexão acerca das iniciativas anunciadas, dizendo:

(...) tal como temia e disso alertei a comissão organizadora, quando me contactou, que caiu no que me pareceu inevitável, dadas as características da organização e dos organizadores: ao contrário do que dizem pretender, as iniciativas não irão (em minha opinião) servir para esclarecer o que se passou, não irão ajudar a uma reflexão serena e profícua sobre os acontecimentos de há 25 anos, irão, sim, contribuir para acentuar divisões entre militares (e não só...), para reabrir feridas e conflitos já ultrapassados, para reafirmar verdades moldadas ao sabor e ao interesse dos que não se preocupam com o rigor da História. (2)

Esta previsão de Vasco Lourenço viria a confir-

(1) *Diário de Notícias* de 5/11/00

(2) *O Referencial* nº 60. Julho/Outubro 2000

mar-se plenamente, como se verificou, entre outros casos, com a polémica pública entre o mesmo Vasco Lourenço e Ramalho Eanes acerca de qual deles tinha, de facto, liderado as operações militares de 25 de Novembro de 1975 dentro da cadeia de comando então estabelecida.

Depois de ter lançado o rastilho para esta polémica com as declarações acima referidas (e outras), Loureiro dos Santos vem, posteriormente, arvorar-se em árbitro da contenda, proclamando que foram ambos responsáveis, mas fazendo-o de modo a poder concluir-se, que, o responsável foi, afinal, ele Loureiro dos Santos dado que, como refere:

O grupo de ligação e estado maior sediado em Belém, do qual eu fazia parte, concretizou as relações de natureza operacional entre o posto de comando de Amadora e o Presidente. Pessoalmente tratei sempre dos assuntos que Amadora me colocava com o general Costa Gomes. (3)

A grande maioria das intervenções públicas feitas neste período, quer por militares quer por civis, boa parte delas inseridas na campanha anticomunista desencadeada a propósito da realização do XVI Congresso do PCP, vão no sentido de apagar ou desvalorizar a Revolução de 25 de Abril de 1974 e tudo o que ela trouxe de sonho e esperança ao povo português, principalmente às camadas mais desfavorecidas, exploradas e oprimidas por meio século de ditadura fascista.

Tais intervenções, feitas no "ano jubilar" do 25 de Novembro de 1975 por aqueles que, tendo pesos na consciência que os atormentavam, aproveitaram a efeméride para os descarregar, como de méritos se tratasse, é, a nosso ver, suficiente para confirmar as preocupações de Vasco Lourenço relativamente aos que se iriam aproveitar de tais comemorações para *reafirmar verdades moldadas ao sabor e ao interesse dos que não se preocupam com o rigor da História.*

É de supor que a múltipla operação, de descrédito do 25 de Abril, de branqueamento do antigo regime e de embelezamento do golpe contra-revolucionário do 25 de Novembro de 75, desde há muito em curso, tenha futuramente outros desenvolvimentos.

Neste sentido, é significativo que um quarto de século após o 25 de Abril de 1974, centenas de militares que foram perseguidos e marginalizados devido à sua participação na Revolução e no chamado "período de transição para a democracia", continuem à espera da correcção dessas injustiças e da reconstituição das suas carreiras militares quase dois anos após a Assembleia da República ter aprovado a lei que visava reparar tais injustiças.

É também significativo que o general spinolista **Hugo dos Santos**, um dos beneficiários do 25 de Novembro que sempre navegou na onda do poder, nomeado para presidir à "Comissão de Apreciação" para a revisão das carreiras dos militares referidos, tudo o que tem feito é arrastar e bloquear qualquer solução sendo por isso alvo da contestação da generalidade dos militares interessados.

Sobre esta questão, é ainda Vasco Lourenço que, no decorrer duma reunião de protesto de cerca de 500 militares que se sentem injustiçados pela lentidão do processo, condena tal arrastamento com "um sentimento de revolta", acrescentando que "tudo gira à volta da composição da comissão e nomeadamente do seu presidente", pondo em contraste este procedimento com a facilidade com que foram resolvidos os problemas dos militares saneados no 25 de Abril de 74 por terem colaborado com o regime fascista. (4)

Nesta matéria pode dizer-se que a velha hierarquia militar, com o apoio do poder político, retomou os direitos de cidade... •

Jaime Serra

(3) *Público* de 25/11/00, "A Cadeia de Comando do 25 de Novembro" - general José Alberto Loureiro dos Santos

(4) Declaração ao *Correio da Manhã* de 21/1/01

Casa de Abril

Restaurante

Restaurante

De segunda a sábado das 12h00 às 15h00 (almoço) e das 19h00 às 23h00 (jantar). Para além dos "Pratos do Dia", peixe e carne a 1.100$00 (1/2 dose) e 1.800$00 a dose (2 pessoas), e do vinho do mês (que não ultrapassa os 800$00/garrafa), há ainda a ementa fixa e, todos os dias, um prato especial:

2.ª feira – Bacalhau com Grão
3.ª feira – Arroz de Pato à Antiga
4.ª feira – Cozido à Portuguesa
5.ª feira – Feijoada à Brasileira
6.ª feira – Caldeirada de Peixe
Sábado – Cabrito assado no Forno

António Tavares Teles
«O Jogo» 13/5/2001

M... eio referência de João Mário Grilo ... na Ci-nema ... nim e para ... também) grande cineasta francês. "Le Samourai" sobretudo a não perder obra prima.

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL. Nova e mui digna sede, na rua da Misericórdia. Assinada Sisa Vieira: simples pois, nua, essencial. Sem armários nem nada nas paredes. Luzes indirectas mas, mesmo assim, ao fundo, uma sala, umas mesas, um sítio onde se pode comer bem, e relativamente barato. Ainda por cima com uma excelente carta de vinhos, essa assinalada Barão da Cunha. Perfeito.

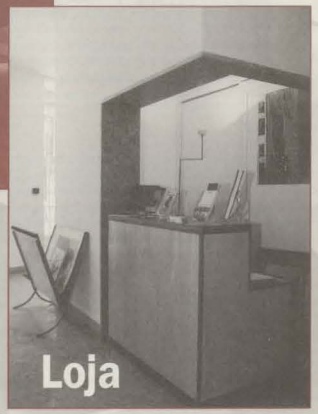
A TERMINAR. Orson Welles. "A sede do

Carta de Vinhos

Sob a direcção técnica de "Coisas do Arco do Vinho", orgulhamo-nos de possuir uma carta de excelente qualidade e a preços bastante confortáveis

NB - Tencionamos realizar uma "Prova de Vinhos" aberta a todos os associados, até ao fim do corrente ano.

Bar



Loja

Animação

Todas as sextas-feiras e sábados, haverá tertúlia ou música ao vivo após o jantar.

A partir de Setembro contamos com a grata colaboração de José Fanha, que se propõe apresentar temas para a tertúlia das sextas-feiras, sempre com convidados de reconhecido mérito.

Eis alguns dos temas já propostos: **Modos de comer**; **Evocação de Ary dos Santos**; **O Teatro de Brech antes e depois do 25 de Abril**; **Três meninos da Luz relembram o seu tempo de colégio**; **O que é o Psicodrama**; **Música Mandinga em Lisboa**; **A dor de ser actor**; **A vigília da capela do Rato**; **A Revista à Portuguesa**; **O que é a música pimba**; **A TV que a gente vê**; **Evocação de António Gedeão**; **A guitarra portuguesa**; **Evocação de David Mourão-Ferreira**; **Os Baladeiros**; **Evocação de Manuel da Fonseca**.

Bar

Aberto todos os dias das 11h00 até à 01h00. Possui carta de aperitivos, vinhos e petiscos a preços convidativos. O "prego A25A" e os enchidos alentejanos são algumas das especialidades.

NB - Tencionamos disponibilizar aos associados dentro de pouco tempo uma vasta gama de acessórios para vinhos, também sob a orientação de "Coisas do Arco do Vinho". Destacamos desde já o copo de prova com o logotipo da A25A.

Loja

Funciona todos os dias no horário do Restaurante/Bar.

Todos os materiais adoptados pela A25A estão disponíveis.

Sessão Solene na A.R.

Da sessão Solene Comemorativa do 27º. Aniversário do 25 de Abril de 1974, na Assembleia da República, a que se associou a comemoração dos 25 anos da Constituição que possibilitou, destacamos excertos das intervenções dos representantes dos partidos parlamentares, do Presidente da Assembleia e do Presidente da República.

Fernando Rosas (BE)

"...sem a Revolução de 1974/75, os traços essenciais do sistema político económico e social da nova República jamais poderiam ser sido o que, em muitos aspectos, ao menos na formulação constitucional, foram ou ainda são (...) esta foi uma democracia política fruto de um processo revolucionário, conquistado na rua, por iniciativa popular, por um movimento social que atacou e destruiu o núcleo duro do aparelho censório, repressivo e milicial do Estado Novo (...) Aqui, no rescaldo imediato do golpe, a força e ousadia cidadã conquistaram as liberdades fundamentais de expressão, de manifestação ou de associação muito antes de elas serem consagradas na lei. esta é a primeira marca genética do sistema democrático português : foi conquistado a partir da Revolução e não outorgado; existiu na rua, antes de existir na lei"

Heloísa Apolónia ("Os Verdes")

"...Foi há 27 anos o fim da ditadura, conseguido pelos capitães de Abril (que aqui saúdo em nome de Os Verdes) que, numa acção planeada, sem garantia do resultado, foram em frente, libertaram Portugal, com eles o povo saiu à rua, a confirmar que unido jamais será vencido"

Paulo Portas (CDS-PP)

(...)

António Filipe (PCP)

"...palavras de apreço e de gratidão. A primeira é, ainda e sempre, para os militares de Abril, os que, como proclama o belíssimo preâmbulo da nossa Constituição, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos (...) derrubaram o regime fascista, restituindo aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais. Militares de Abril que, apesar de tudo o que a democracia lhes deve, tardaram em obter em democracia o reconhecimento que lhes é devido e, pelo contrário, viram-se preteridos e prejudicados por injustiças que, só agora, tantos anos passados, começam, tardiamente e de forma estranhamente lenta, a ser reparadas"

Mota Amaral (PSD)

"Reúne mais uma vez o Parlamento, em sessão soleníssima, que a presença dos mais altos órgãos do Estado e de tantos ilustres convidados torna ainda mais brilhante, para festejar a histórica Revolução do 25 de Abril. Hoje não é dia de lamentos nem de recriminações, mas sim de alegria, de brio cívico e patriótico, pela liberdade, pela democracia, pela independência dos povos coloniais – os compromissos de honra, plenamente realizados, do Movimento das Forças Armadas, que exprimiam afinal aspirações profundas da nossa gente. Daqui saúdo, cordialmente, em nome do Partido Social Democrata, os Capitães de Abril, credores da grata admiração do Povo Português!"

José Lamego (PS)

"Aos 20 anos, a sede de liberdade é incontida e antecipei-me aos outros todos na ânsia de respirar o ar leve daquele dia claro e límpido. Os meus agradecimentos aos Senhores Militares de Abril, aqui presentes, a quem todos devemos a devolução da liberdade e a quem eu devo também, na acepção mais literal possível, a devolução da liberdade. Sou-vos a vós mais devedor, portanto, que o comum dos cidadãos. Deixem-me invocar dois de vós, já desaparecidos, que exemplificam, em vosso nome, as virtudes de probidade republicana que permitiram a estabilização constitucional do período revolucionário : os nossos saudosos e meus queridos amigos Salgueiro Maia e Ernesto Melo Antunes. A todos aqueles que conheci de muitas gerações anteriores cuja coragem cívica contribuiu para a restauração das liberdades e da democracia em Portugal, nesta Casa, e nesta sessão solene, exprimo respeito e presto homenagem"

Jorge Sampaio – Presidente da República

"Portugueses, na passagem do aniversário do 25 de Abril de 1974 e nos 25 anos da Constituição, quero saudar calorosamente os militares de Abril e renovar-lhes, como sempre, o nosso testemunho de reconhecimento e homenagem. Não esqueçamos a sua coragem e a sua generosidade !"

Almeida Santos – Pres. da Assembleia da República

"...Ilustres Capitães de Abril, esta festa é vossa, antes de o ser de quantos amam a Liberdade/ pois ninguém a amou mais do que vós... Dezenas de países europeus, sul-americanos e asiáticos seguiram o exemplo dos heróicos capitães de Abril e apearam, até ver definitivamente, os seus algozes... os heróicos capitães de Abril aceitaram o risco de morrer para que todos pudéssemos ser livres. Eles foram autores de um feito histórico que poucos recusarão reconhecer, mas, como tantas vez acontece, foram-no sem clara consciência, que não podem ter tido, de que viraram, não apenas uma página da história política portuguesa, mas, por simpatia, uma página da história política universal. Abril serviu de inspiração e mote para que muitos outros povos oprimidos lhe seguissem o exemplo. A liberdade empunhou a vassoura dos Direitos do Homem e varreu do mapa-mundi dezenas de ditaduras que restavam"

Porta de Abril em S. Paulo

Convidado pela junta Metropolitana de Lisboa a integrar a delegação que se deslocou a S. Paulo, para a inauguração de um monumento ao 25 de Abril, aí representei a Associação 25 de Abril numa jornada integrante das comemorações do 27º aniversário da *Revolução dos Cravos*.

Intervindo na sessão da inauguração, pude relembrar algumas das *Portas que Abril Abriu* e nos permitiram sair de uma situação e entrar noutra: da repressão para a liberdade; da ditadura para a democracia; da guerra para a paz; do obscurantismo para a cultura; do isolamento internacional para a inserção na comunidade das nações, nomeadamente na Comunidade Europeia ... Para além de recordar a enorme influência que o 25 de Abril teve na queda de várias ditaduras no mundo, pude também realçar o que é hoje fácil constatar junto dos portugueses emigrados no estrangeiro: o orgulho no seu País, que mantendo a sua característica de país de emigrantes é hoje também um país acolhedor de muitos cidadãos estrangeiros que aqui procuram uma vida melhor.

Dessa jornada recebemos um texto do nosso associado, militar de Abril antes de Abril, capitão José Verdasca (escritor e membro do Conselho de Cooperação Português, pelo Brasil), que publicamos, juntamente com uma pequena descrição do monumento, da responsabilidade do seu autor, o nosso associado José Aurélio.

Vasco Lourenço

NOTA EXPLICATIVA

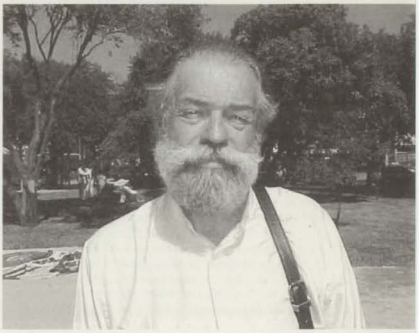
Monumento da autoria do escultor português José Aurélio, simboliza, na sua grande simplicidade, a Revolução dos Cravos que teve início no dia 25 de Abril de 1974 e que esteve na origem da construção do Estado Democrático em Portugal.

Um arco com a forma do A de Abril, simboliza a porta que a Revolução dos Cravos abriu. No topo deste arco e a partir do vértice do A, três cravos em bronze reforçam a referência simbólica.

Este Arco/Porta, construído em aço corten, com cerca de seis metros de altura, define no seu desenvolvimento um volume de formas acutilantes, vigorosas e de grande rigor que fendem e penetram o espaço envolvente.

Um caminho, o caminho da Liberdade, deverá passar através do Arco, propondo não só memórias quotidianas da Revolução dos Cravos, mas, principalmente, referências à urgência de manter vivos os valores da Liberdade e da Democracia para todos os povos do Mundo.

José Aurélio



O 25 de Abril em S. Paulo

*** José Verdasca**

O vigésimo sétimo aniversário da Revolução dos Cravos foi - nesta gigantesca cidade de língua portuguesa - condignamente comemorado, e definitivamente perpetuado, com a inauguração do monumento **Porta de Abril** no **Largo Mestre de Aviz**, belíssima alameda ajardinada e arbonizada, com algumas dezenas de milhar de metros quadrados, situada no Jardim Luzitânia, bairro residencial do coração desta capital, fundada em 25 de Janeiro de 1554, pelo grande evangelizador português, padre Manoel da Nóbrega.

As comemorações iniciaram-se com a mostra do moderno cinema português, no Centro Cultural São Paulo, onde, no dia 23 de Abril, foi exibido o primeiro filme - *Capitães de Abril* - a que se seguiu uma semana de filmes portugueses, e as comemorações de Abril prosseguiram, com a semana abrilhantada por eventos alusivos à efeméride, os quais culminaram - a 28 de Abril - com a festiva e solene inauguração do imponente monumento Porta de Abril, que, no **Jardim Luzitânia**, e no **Largo Mestre de Aviz**, se juntou aos bustos do **Infante D. Henrique**, e de **Fernando Pessoa**, trilogia de símbolos, respectivamente, da **Liberdade**, das **Navegações**, e da **Cultura Poética**, a formarem aquela que será - provavelmente - a mais portuguesa praça da Diáspora no Mundo, o que vale dizer, um autêntico largo português, ainda que fora de Portugal.

Oferecido pela Junta Metropolitana de Lisboa, e pela Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, o monumento - com sete toneladas, e outros tantos metros de altura da autoria do escultor José Aurélio, veio-nos de Lisboa, com o apoio das Presidências da República e da Assembleia da República, da Associação 25 de Abril, do Instituto Camões e outras entidades, e com ele - assim esperamos - deverá chegar o espírito de Abril, àquelas poucas associações luso-brasileiras onde - lamentavelmente - a democracia ainda não conseguiu implantar-se.

Eram onze horas de um luminoso e belíssimo dia de sol, quando, em frente ao monumento encimado por três cravos estilizados, chegou a simpática prefeita (presidente da Câmara) de São Paulo, Marta Suplicy, que presidiu à inauguração, depois de - distinguindo a Comunidade Portuguesa, e o Centro Cultural 25 de Abril - ter concedido toda a ajuda e facilidades para a implantação do monumento. Aguardada por algumas autoridades, em que se destacavam uma missão parlamentar, composta de quatro deputados do PS, PSD, PP, e PCP; Ten. Cor. Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril; Carlos de Souza, presidente da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal; e vereadores das Câmaras de Sintra e Oeiras, a comitiva da perfeita Marta foi apresentada às autoridades presentes, após o que se deu início à cerimónia.

Executados os hinos nacionais dos dois países, seguiram-se os pronunciamentos do presidente do Centro Cultural 25 de Abril de S. Paulo, senhor Alexandre Pereira, do presidente da Câmara de Palmela, Carlos de Souza; do deputado do Partido Socialista Dias Batista, que falou em nome da missão parlamentar que aqui se deslocou; do Capitão de Abril, e presidente da Associação 25 de Abril, Ten. Cor. Vasco Lourenço, que abordou o tema Liberdade, e ofereceu, à prefeita de São Paulo, a belíssima medalha comemorativa do vigésimo sétimo aniversário da revolução, e boné e camiseta alusiva, o primeiro dos quais foi proteger a cabeça de S. Exª., do inclemente Sol, que já se fazia sentir; após Fernando Muralha ter dito o poema *As portas que Abril Abriu*, e encerrando os pronunciamentos, Marta Suplicy salientou o fato de - no Largo Mestre de Aviz - o monumento se vir juntar aos já citados, numa homenagem à obra dos lusitanos em Terras de Santa Cruz, mormente nesta capital, a maior cidade do Mundo de Língua Portuguesa, cuja população é superior a toda a população portuguesa. Falou, ainda, com respeito e carinho, da colonização portuguesa do Brasil, reconhecendo a nossa grande obra nesta acolhedora Nação, onde os portugueses realmente se sentem, como na sua própria Pátria.

Terminada a cerimónia oficial de inauguração, seguiram-se apresentações de grupos teatrais, entre os quais se salientou um grupo cénico de índios guaranis, representantes do maior contingente aqui encontrado por Cabral aquando do Achamento - a etnia Tupi-guarani - após o que, regressando ao lar, os patriotas e democratas portugueses presentes, o fizeram gratificados, e orgulhosos dos ideias, e da lição de Abril.

* Escritor e conselheiro do C.C.P. pelo Brasil

Professor Emídio Guerreiro

Por deliberação unânime da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto teve ali lugar, em 21 de Abril último, uma cerimónia da mais justa e significativa distinção deste nossos Sócio de Honra.

Foi prestada homenagem a um verdadeiro símbolo vivo de uma luta sem tréguas pela conquista da liberdade e da democracia, nas palavras do Eng. Joaquim Barreto, presidente da edilidade, proferidas na sessão solene dos Paços do Concelho.

Seguiu-se o descerramento de uma placa no arruamento a que foi atribuído o seu nome, por sinal, um local com tratamento paisagístico e ambiental digno da aprazível lembrança que sempre merecerá um tão notabilíssimo homem de três séculos e dois milénios.

À noite realizou-se uma conferência-debate iniciada pelo homenageado com uma intervenção que, historiando as grandes realizações e lutas de um século vivido pro inteiro, terminou com um verdadeiro hino à Liberdade e à Esperança que deposita neste novo século. A participação viva, e até polémica, da assistência prosseguiu pela noite dentro e não foi o venerando professor que denotou vontade em lhe pôr termo. Do manancial da sua existência, da sua filosofia de vida, da sua postura cívica, muito ficou por dizer e, nem assim, alguém terá ficado imune ao fascínio que emana deste exemplo secular e bem vivo, felizmente.

Registamos com o maior agrado a feliz circunstância desta homenagem ter sido prestada no âmbito das Comemorações do 25 de Abril, porque reconhecemos a Emídio Guerreiro toda a autoridade moral de grande resistente num sentimento mútuo de gratidão que muito nos honra e mais ainda o enobrece.

Felicitamos Cabeceiras de Basto por se honrar, honrando um tão Magnífico Cidadão.

J.F.

O Prof. Emídio Guerreiro, quando cumprimentava o Presidente da República, durante a inauguração da nossa sede.

Associação de Amizade Portugal Timor Loro Sae

465 anos de invasões e ocupações, guerra e sofrimento, terror e morte. Esta tem sido a história de Timor Leste nos últimos séculos. Desde a chegada dos portugueses ao território em 1514, os habitantes da ilha do crocodilo foram conhecendo diferentes invasores e ocupantes que, através de um domínio político, militar e económico, foram subjugando o povo timorense durante centenas de anos.

Em 1534 inicia-se a primeira colonização portuguesa, a primeira e a mais longa ocupação do território por estrangeiros. Cerca de 400 anos depois, em 1942, Timor Leste é invadido pelas tropas japonesas que, até à derrota três anos depois, semeiam o terror e a morte no território. Regressado à soberania portuguesa após a derrota do Japão, Timor Leste vai assistir, em Abril de 1974, à queda da ditadura fascista em Portugal, mas as esperanças e os sonhos que nessa altura renascem rapidamente se desmoronam face à invasão e à ocupação indonésias. Ao longo de 24 anos o governo indonésio, com o beneplácito dos Estados Unidos, da Austrália e de outros países, explora o território e o povo de Timor Leste e só a espantosa resistência deste povo e a pressão internacional face ao terror vivido irão permitir que o curso da história se oriente para os acontecimentos de 1999.

Paralelamente a esta história de guerra e sofrimento mas a ela indissociavelmente ligada existe uma outra, a história de um pequeno povo cujo espírito nunca vergou e cujas lágrimas e sangue regaram as sementes que um dia germinaram em direcção à libertação.

Ao longo dos anos as violações aos direitos humanos sucedem-se: massacres, execuções sumárias, violações, deportações e a tudo isto a comunidade internacional assiste, alheada e desatenta. A resistência põe de lado as divergências e cerra fileiras, sendo criado, em 1988, o CNRT. No exterior alguns tentam, desesperadamente, chamar a atenção para o que se passa no território, mas a algumas acções bem sucedidas e a algumas tomadas de posição de dimensão internacional contrapõe-se um pesado muro de desinteresse e silêncio.

E é só quando as imagens do massacre de Santa Cruz chegam a todo o mundo através da televisão que o horror sacode a letargia instalada e as consciências, ainda que lentamente, começam a acordar. Desde então o processo ganha alguma celeridade e a pressão internacional junto da Indonésia, que acabará por dar os seus frutos em 99, nada mais é que o resultado do esforço desesperado de alguns somado ao sangue de muitos e às lágrimas de quase todos os timorenses. E, mais uma vez, à esperança e à alegria sucedem-se a dor e o desespero e os resultados do referendo de Agosto são rapidamente ofuscados pelo horror dos meses seguintes.

Mas a estas duas histórias que fazem uma só, a de Timor Leste e a do povo maubere podemos, ainda, juntar uma terceira: a daqueles que, em Portugal, sempre lutaram pela libertação deste povo, antes e depois do 25 de Abril, antes e depois da invasão de 75, antes e depois dos acontecimentos de 1999.

A esperança nascida com o 25 de Abril é cortada com a invasão de Timor Leste pela Indonésia e a saída de Portugal do território deixa ao abandono, durante 24 anos, um povo que, apesar de tudo, sente ainda alguma nostalgia por Portugal. Finda a guerra colonial e face à saída de Portugal do território, Timor Leste passou, para muitos, para um plano secundário e irrelevante e não foram muitos os que, nestes últimos 25 anos, ousaram erguer a sua voz por Timor Leste. O massacre de Santa Cruz e as acções da Indonésia após o referendo voltaram a acordar e a unir os portugueses e a solidariedade para com o povo de Timor assumiu proporções e expressões nunca imaginadas.

Apesar de mais pacificado o território de Timor Loro Sae continua a merecer e a necessitar da atenção de todos nós e cabe-nos a todos contribuir, em maior ou menor grau, para a melhoria das condições de vida no território e para o desenvolvimento e o bem estar do seu povo.

É neste contexto que surge a Associação da Amizade Portugal-Timor Loro Sae, uma associação que nasce da vontade sentida por diversos grupos de pessoas, provenientes de diferentes áreas, de desenvolverem projectos que possam contribuir para o desenvolvimento deste novo país.

A Associação da Amizade Portugal-Timor Loro Sae, como o seu projecto de estatutos refere, tem como objectivos promover e aprofundar o conhecimento e as relações de amizade, compreensão e ajuda recíproca entre os povos de Portugal e Timor Loro Sae, divulgando a luta do povo timorense pela libertação, independência e edificação da sua Pátria, bem como incentivando todas as formas de apoio a essa luta.

Ainda que em tempo de paz, a guerra e todos os acontecimentos trágicos que dela fazem parte não devem ser esquecidos nem branqueados e à Associação compete, também, ajudar a manter viva essa memória de um povo que não esquece mas que pretende sarar as suas feridas.

Não é intenção desta Associação agir sozinha ou impor ideias ou projectos mas, pelo contrário, actuar sempre em consonância com as vontades, interesses e necessidades do povo timorense, expressos através dos seus dirigentes e órgãos competentes.

Associação colaborará, sempre que para isso for solicitada e de acordo com as suas possibilidades, com outras entidades e organismos portugueses, iniciativas governamentais e não governamentais, cujos fins sejam coincidentes com os seus.

Abrindo espaços de solidariedade dirigidos a todos os cidadãos criar-se-á, naturalmente, uma espécie de bolsa de pessoas cuja colaboração, nas suas áreas de competência e acção, permitirá encontrar para o território as melhores soluções de acordo com as prioridades estabelecidas pelos responsáveis de Timor Loro Sae.

O nosso sonho é que esta nação, construída em liberdade e democracia, se torne um verdadeiro paradigma democrático, livre da ameaça do neocolonialismo e dos fantasmas do neoliberalismo económico. Uma nação que possa olhar o futuro dos seus filhos com confiança, baseada numa economia sólida, num regime político e social democrático e solidário, numa educação livre e pluralista. Uma nação onde a memória do passado não obscureça o presente ou comprometa o futuro mas que, invocando e exorcizando os horrores vividos, permita construir o país que o povo de Timor Loro Sae merece e sonha.

As grandes revoluções começam ao nível das ideias, ao nível da cultura, ao nível da cidadania.

Por isso é tão importante a luta travada ao longo de séculos, sobretudo nestes últimos 26 anos, por este povo heróico de Timor Loro Sae e recordar os seus heróis e os seus mártires. No fundo a grande maioria do povo, que soube lutar com todas as armas que teve ao seu dispor, da palavra ao silêncio, da arma do inimigo aos caminhos tortuosos das montanhas, para conquistar a sua independência, para conquistar a sua cidadania. Os Mártires do Silêncio que Inácio Ludgero tão bem soube retratar, os mártires de um silêncio panfletário que calava dor e sofrimento, que acabou por cruzar oceanos e atravessar continentes, fazendo ouvir por todo o mundo o insuportável grito desse silêncio feito de dor e desespero.

A independência é o princípio, é o verbo, é o princípio da cidadania. Sendo a língua portuguesa um factor determinante na independência de Timor Loro Sae torna-se, também ela, determinante na educação para a cidadania e no exercício da própria cidadania. Como Fernando Pessoa disse " A minha Pátria é a língua portuguesa" e se a língua é um factor de unidade entre o povo português e o povo de Timor Loro Sae também ela faz de nós timorenses e nos torna responsáveis nos caminhos difíceis da construção desta nova nação.

A cidadania é o grande barco que nos leva a todos os portos, a todos os caminhos, que nos permite ganhar o direito à palavra, o direito à habitação, o direito à cultura, o direito à tradição e à modernidade, o direito à saúde, o direito à revolta, o direito à preguiça, o direito ao sonho e a abrir os caminhos novos, os caminhos do futuro neste século que se inicia, o século da informação e do conhecimento. O verdadeiro conhecimento nasce do exercício da cidadania e para haver cidadania tem que haver independência.

Por isso é tão importante a luta travada ao longo de séculos, sobretudo nestes últimos 26 anos, por este povo heróico de Timor Loro Sae e recordar os seus heróis e os seus mártires. No fundo a grande maioria do povo, que soube lutar com todas as armas que teve ao seu dispor, da palavra ao silêncio, da arma do inimigo aos caminhos tortuosos das montanhas, para conquistar a sua independência, para conquistar a sua cidadania.

O povo de Timor Loro Sae, por tudo aquilo que sofreu, por tudo aquilo que lutou tem esse direito; como todos os povos do mundo tem o direito à sua independência e à construção da sua própria nação. E contando fundamentalmente com as suas próprias forças e com o apoio dos seus verdadeiros amigos estamos certos que Timor vencerá e que as gentes de Timor vencerão.

Portugal e os portugueses não podem deixar de se associar uma vez mais, fazendo relembrar que em 30 de Agosto, data de enorme simbolismo se celebra quer um dia trágico da história de Timor Loro Sae, quer o início do caminho de uma nação que, através das primeiras eleições e pela mão dos seus filhos, percorrerá a senda gloriosa da dignidade e da fraternidade.

Cabe-nos congregar toda a diáspora dos portugueses no mundo e através da sua solidariedade, enaltecer em conjunto o dia 30 de Agosto de 2001, por que este corresponde ao despontar do futuro, que todos acreditamos os timorenses merecem.

A Comissão Executiva

ASSEMBLEIA GERAL

Reuniu no passado dia 10 de Março, em sessão ordinária, a Assembleia Geral da A25A, com participação significativa de sócios. De ressaltar o facto de a Assembleia ter reunido pela primeira vez nas instalações da nova sede, em Lisboa, o que motivou uma intervenção antes da Ordem de Trabalhos do presidente da A. G., general Garcia dos Santos, manifestando a satisfação por esse facto e prestando homenagem a todos os que contribuíram para a concretização desta obra, em particular o presidente da Direcção, Ten. Cor. Vasco Lourenço.

De acordo com a Ordem de Trabalhos a Assembleia ratificou a admissão de novos sócios, num total de sessenta e nove. De igual forma foi aprovado o Relatório de Actividades e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 2000, bem como uma proposta de louvor à Direcção pela acção desenvolvida em prol da concretização do "sonho" da inauguração próxima da nova sede e pelo esforço empenhado na recuperação das quotas em atraso.

Da exposição do presidente da Direcção sobre as actividades desenvolvidas ao longo de 2000 e intervenções de membros da Assembleia, destaca-se a referência à inauguração da nova Sede, esperando-se que esse facto corresponda a uma nova dinâmica da vida associativa que passa a dispor de condições que não possuía do anterior. Pretendem-se fomentar novas actividades como sejam, exposições, lançamento de livros, conferências, etc., pensando-se, também, implementar um Centro de Documentação. A sede passará a dispor de serviço de restaurante e bar, sendo intenção da Direcção alargar a sua utilização a outros utentes que não apenas os sócios, pelo que será criada a figura de "convidado permanente" que dará acesso às instalações.

Foi criada uma Delegação da A25A no Alentejo, com sede em Grândola, correspondendo a uma necessidade sentida de descentralização da Associação e dando satisfação aos anseios de significativo grupo de associados ligados àquela região. A Comissão Instaladora do Município de Odivelas manifestou o seu interesse na criação de um "Núcleo Museológico" em torno do Posto de Comando do MFA, na Pontinha, estando a Associação a colaborar na sua concretização.

Um dos assuntos que mereceu particular referência disse respeito à chamada "Revisão de Carreiras" no âmbito da Lei 43/99, tendo a Comissão de Acompanhamento informado que estão reunidas as condições para dar andamento aos requerimentos, aguardando-se que isso aconteça o mais rapidamente possível, no estrito cumprimento do espírito da Lei.

Ponto alto dos trabalhos da Assembleia constituiu a aprovação por unanimidade e aclamação das propostas da Direcção no sentido de serem considerados como Sócios de Honra os Srs. Prof. Emídio Guerreiro e Dr. Fernando do Valle, distinção que a Direcção entendeu propor por se tratar de dois associados com extraordinárias vidas de luta pelos ideais da Liberdade e do 25 de Abril.

A situação do não pagamento das quotas por parte dos associados constitui uma situação preocupante, nomeadamente no limiar da inauguração da nova sede, tendo sido decidido intensificar a sensibilização dos sócios com quotas em atraso para que satisfaçam os compromissos assumidos.

Foi aprovada a proposta da Direcção para o aumento das quotas que passaram para seiscentos escudos mensais (três euros).

O ponto da Agenda referente a "Contributos para acção futura da A25A" mereceu amplo debate do qual ressaltou a necessidade de, para além das comemorações evocativas e comemorativas do 25 de Abril, desenvolver esforços no sentido do alargamento da Associação e dos ideais de Abril junto das camadas mais jovens, bem como procurar maior adesão do sector feminino ainda escassamente representado na vida da Associação. Sobre este ponto o presidente da Direcção informou estarem a decorrer diligências entre a Associação e o Ministério da Educação no sentido de se firmar um protocolo que possibilite a intensificação do relacionamento entre a A25A e os estabelecimentos de ensino.

A Direcção está confiante que conseguirá desenvolver uma série de actividades que contribuirão para dinamizar a vida associativa e apelou a todos os associados para apresentarem sugestões e participarem mais activamente na vida da Associação.

Convites feitos à A25A

A VOZ DO OPERÁRIO
Comemorações do Centenário do Nascimento de Bento Jesus Caraça
04-06-2001

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Sessão comemorativa do 110º Aniversário do "31 de Janeiro de 1891"
03-02-2001

Colóquio sobre " Justiça Militar"
06-03-2001

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS - AOFA
Debate "EUROMIL - Um parceiro à escala Europeia"
05-05-2001

A COMISSÃO EXECUTIVA DO "DIA NACIONAL DO COMBATENTE"
Cerimónia comemorativa
08-04-2001

BLOCO DE ESQUERDA
II Convenção Nacional
19/20 -05-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
"Rebentábolha – exposição de bolhas de arte"
17/31-03-2001

Inauguração da exposição de João Machado e a Criaçãovisual
22-03-2001

CÂMARA MUNICIPAL DA CHAMUSCA
Seminário " Ambiente e Desenvolvimento Regional"
22-03-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA
Lançamento do livro "Mestre José Brito – o último Outivos dos livros" de Frederico Mira
23-04-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Poemas e leitura por Manuel Silva Ramos
11-01-2001

Conferência sobre a obra de Carlos Brito "A páginas tantas..."
12-01-2001

Apresentação da "Arte Recombinatória" – As novas tecnologias ao serviço do cidadão.
16-01-2001

Debate sobre o 18 de Janeiro de 1934
18-01-2001

Aniversário da Biblioteca Museu República e Resistência
31-01-2001

Conferência sobre a obra de Carlos Costa "Relatório sobre o Algarve"
08-02-2001

Homenagem ao Prof. Doutor Santinho Cunha
10-02-2001

Lançamento do livro "O Livro Branco da Melancolia" de José Jorge Letria
20-03-2001

Almoço comemorativo do Dia do Teatro
27-03-2001

Corrida da Tolerência
19-05-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
Inauguração da exposição de pintura de Luís Tavares
07-04-2001

Inauguração do Monumento ao Poder Local Democrático do escultor José João Brito
25-04-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
Inauguração da exposição de artes plásticas de Maria Morais
05-05-2001

Lançamento dos livros "O Vinho do Porto na obra de Eça de Queiroz" e "Túnicas para Afrodite"
28-04-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM
Apresentação de "7 poetas do Século XX"
19-01-2001

Lançamento do livro "Como era a vida em casa do Lavrador-Boieiros e Ganhões" do prof. Manuel João da Silva
28-04-2001

Serão de poesia sobre Mário Sá-Carneiro
19-05-2001

Espectáculo - Episódios da Vida Romântica - de Eça de Queiroz
31-05-2001

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL
Inauguração da exposição de pintura de Francisco Nogueira
20-01-2001

Inauguração da exposição de pintura e escultura de Pau+lino
02-05-2001

Inauguração da exposição de fotografia de Luís Pitão
05-03-2001

Inauguração da exposição de pintura de Eva Penalva
06-04-2001

Inauguração da exposição de Mariana Alves de pintura e cerâmica
21-04-2001

Inauguração da exposição colectiva "Uma Colecção de Amigos"
20-04-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Apresentação do "Sintra Teatro 2001"
18-04-2001

Inauguração da exposição de pintura de H. Mourato
18-05-2001

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA
Sessão pública comemorativa do Centenário de Bento de Jesus Caraça
21-04-2001

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA
Inauguração da exposição "Cityscapes" de Gabriele Basilico
21-01-2001

Inauguração da instalação "Casa de Sonhos", da autoria de Alberto Plácido
27-01-2001

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA
Tomada de posse dos corpos sociais
27-01-2001

Tomada de posse da Comissão Administrativa
02-02-2001

Aniversário da Delegação Sargento no Feijó
05-05-2001

COMISSÃO INSTALADORA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS
Lançamento do nº 3 da colecção patrimónios – Odivelas: "Um Mosteiro Cisterciense", texto de Manuela Maria Justino Tomé e Fotografia de Carlos Santos
31-01-2001

"O Século XX Português" – 1º Ciclo de Conferências do Município de Odivelas
8-9-03-2001

Inauguração da exposição de pintura de MCLINA
03-04-2001

Festival de Poesia de Língua Portuguesa
3/6-05-2001

Inauguração da exposição de cerâmica e pintura de Eduarda Filhó
11-05-2001

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "Sobre os Rios da Babilónia" de António Borges Coelho
12/13/14-04-2001

Estreia do espectáculo "O meu caso" de José Régio
25-04-2001

Estreia do espectáculo "A vida tem destas coisas"
25/26/27-05-2001

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO MONTEPIO GERAL
Concerto pela Orquestra Académica Metripolitana
04-03-2001

Comemorações dos 127 anos do Montepio Geral
24-03-2001

DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA ESTRANGEIRA EM PORTUGAL/ ADMINISTRAÇÃO DO ESTORIL-SOL, SA
Entrega do prémio "Personalidade do Ano" a Luís Figo

DIRECTOR DA BIBLIOTECA NACIONAL/ EDITORIAL CAMINHO E O PINTOR JOSÉ SANTA-BÁRBARA
Inauguração da exposição "Vonzades – uma leitura de Memorial do Convento" pintura de José Santa-Bárbara.
19-04-2001

EDITORA CAMPO DE LETRAS
Apresentação do livro "Dicionários dos Livros Sensíveis" de Julieta Monginho
06-02-2001

EDITORIAL AVANTE
Lançamento do livro "O Abalo do poder" de Jaime Serra
30-05-2001

EDITORIAL CAMINHO
Sessão de lançamento e de entrega dos Prémios Caminho de Literatura Policial e Ficção Cientifica 1999
21-02-2001

Lançamento do livro "E se de repente outra voz" de Teresa Alvarez
20-03-2001

Lançamento do livro "A Destruição de um País" de George Wright
27-03-2001

Lançamento do livro "O Dedo na Ferida" de Manuel de Queiroz
05-04-2001

Lançamento do livro "Como Let e Porquê" de Harold Bloom
28-05-2001

EDITORA CAMPO DE LETRAS
Lançamento do livro "Tango nos Pátios do Sul" de Eduardo Bettencourt Pinto
09-05-2001

EDITORIAL NZILA
Lançamento do livro "Tempos do YA KALA YA - Ascensão e queda de Bartolas Matias" de Ismael Mateus
14-05-2001

EDITORIAL PRESENÇA
Lançamento da obra "Ordem, Caos e Utopia" de Carlos Zorrinho
22-03-2001

EDITORIAL PRESENÇA/ FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA
Lançamento da obra "O Marquês de Pombal" do Prof. Kenneth Maxwell
18-04-2001

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO
IV Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
6/8 – 04 – 2001

Sessão solene comemorativa do 77º Aniversário
31-05-2001

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TRAMPOLINS E DESPORTOS ACROBÁTICOS
Cerimónia da tomada de posse dos orgãos sociais
24-05-2001

FERNANDO JOSÉ RODRIGUES
Lançamento do livro "De Facto, Novas do Achamento do Inferno"
19-04-2001

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES
Reflexão sobre "Tribunal Penal Internacional – Globalização da Cidadania? Que valores em causa?"
20-03-2001

Inauguração da exposição evocativa do 25 de Abril com fotografias de Alfredo Cunha e legendas de Adelino Gomes
18-04-2001

Conferência –debate "Angola: a Paz como condição de Liberdade"
30-04-2001

Convites feitos à A25A

Inauguração da exposição "Amilcar Cabral, sou um simples africano"
25-04-2001

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração da exposição de pintura de Cristina Gouveia
27-01-2001

Inauguração da exposição de pintura de Francisco Noblejas e exposição de esculturas de Filipe Curado
17-02-2001

Inauguração de exposição de pintura de Augusto Pinheiro
10 – 03- 2001

Inauguração da exposição de aguarelas de Henrique Oliveros
31-03-2001

Inauguração de exposição de aguarelas de F. J. Castro
21-04-2001

GOVERNADOR CIVIL DE VISEU / DELEGADA REGIONAL DE VISEI DO IPJ
Recital "Poesia para Todos" de Carlos Carrasca
23-04-2001

GRUPO SPORTIVO ADICENSE
Inauguração da exposição " 25 de Abril Sempre"
20-04-2001

HENRIQUE TIGO
Inauguração da sua exposição de pintura
06-02-2001

Inauguração da exposição de pintura "Arqueologias do século XX"
06-04-2001

INSTITUTO FRANCO-PORTUGUÊS
Encontro/ debate "O que resta dos nossos valores?"
15-03-2001

Dia Mundial da Francofonia
20-03-2001

Conferência Debate "Tragique de l'existence et culture du plaisir" de Michel Maffesoli
26-03-2001

INSTITUTO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
Inauguração da exposição "Vasco Desenhos Satíricos 1955 – 2000"
11-04-2001

INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE DELEGAÇÃO DE VISEU
Inauguração da Exposição de fotografia "Portugal do Futuro"
20-01-2001

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO
Sessão Comemorativa do Centenário do Nascimento de Bento Jesus Caraça
18-04-2001

JUNTA DE FREGUESIA DA BAIXA DA BANHEIRA
Inauguração da exposição " Poetas do nosso concelho"
26 –01-2001

L'ACROPOLE ROUGE / MANDO CIVITA NARO
Inauguração da exposição de fotografia documental sobre Zeca Afonso
29-04-2001

PARTIDO SOCIALISTA
XII Congresso Nacional
06-05-2001

PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE
Apresentação do livro "ARA – Acção Revolucionária Armada- A história Secreta do Braço Armado do PCP" de Raimundo Narciso
25-04-2001

SECRETARIADO NACIONAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES
Sessão de abertura do VII Congresso Nacional dos Professores
21-03-200

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE
XVII Edição da Gimnaprimavera
11-05-2001

SOCIEDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA
Apresentação da obra "A civilização Hindu" de Adeodato Barreto
06-02-2001

SOCIEDADE PORTO 2001
Apresentação da edição da revista "Arte Photographica"
27-03-2001

TEATRO DE PORTALEGRE
Estreia do espectáculo "História breve da Lua" de António Gedeão
04-03-2001

TEATRO DA MALAPOSTA
Estreia da peça "Os Maias"
31-01-2001

MUSEU NACIONAL DE IMPRENSA
Inauguração das exposições " Mostra de Humor Luso-Brasileiro: 500 anos de Brasil " e "Imprensa na Filatelia: homenagem a Gutenberg"
02-05-2001

Ofertas feitas à A25A

LIVROS:

Rio do Cais
Oferta do associado José Magalhães Castela

Memórias da Revolução no distrito de Setúbal
Oferta dos autores Pedro Brinca e Etelvina Baia

Legislação do Trabalho
Leis dos Profissionais do Foro e dos Tribunas
Leis da Assembleia, Governo, Autarquia e Provedor
Constituição da República Portuguesa
Código das Expropriações e Ordenamento do Território
Código de Processo do Trabalho
Constituição da República e Revisões
Código do Registo Predial
Protecção Civil
Leis sobre o ambiente, inspecções e veículos
Leis sobre a pesca e caça
Regime do Arrendamento Urbano
Oferta do autor Dr. Júlio Serras

Da Ponte Aérea à Cooperação - o meu Testemunho
Oferta do autor Gen. António Gonçalves Ribeiro

MEDALHAS:

Comemorativa do 27.º Aniversário do 25 de Abril
Oferta da Câmara Municipal do Entroncamento

Comemorativa do 25 de Abril de 2001
Oferta da Câmara Municipal de Loures

Comemorativa do 25 de Abril de 2001
Oferta da Junta de Freguesia da Ameixoeira

Comemorativa do XXI Aniversário do Município da Amadora
Oferta da Câmara Municipal da Amadora

CD MARCHAS, DANÇAS E CANÇÕES, DE FERNANDO LOPES GRAÇA
Oferta da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e Coro Lopes Graça

Comemorações do 25 de Abril

Jantar-convívio

Com a presença de mais de quinhentos participantes, mais uma vez se relembrou Abril num jantar-convívio. Foi uma bela jornada, nas instalações da Casa Pia, em Lisboa, com um óptimo serviço que conseguiu ultrapassar a má recordação do que se passou no ano anterior.

Festa-Jovem

Novamente se realizou a já tradicional jornada, com a participação de mais mil jovens, no Complexo Municipal dos Desportos «Cidade de Almada».

Comemorações populares

A já habitual manifestação popular voltou a reunir uma enorme mole humana, que quis comemorar em festa os 27 anos de Abril. No fim do desfile, nos Restauradores, falou o «capitão de Abril», Rodrigo Sousa e Castro, que numa emotiva intervenção apelou à compreensão e esperança dos portugueses, num futuro onde os objectivos de Abril serão uma realidade, isto sem esquecer os desencantos destes anos, na construção da Democracia.

Delegação da A25A no Canadá (Toronto)

Daremos notícia da presença do militar de Abril, Mário Tomé, no próximo número do Boletim.

Fotos da Inauguração e do Jantar-Convívio Comemorativo dos 27 anos do 25 e Abril

Encontram-se na Secretaria da Associação as fotografias da inauguração da Sede e do jantar comemorativo dos 27 anos do 25 de Abril. Todos os interessados poderão solicitar os duplicados que pretenderem ao preço de 350$00 e 600$00, nos formatos 10x15 e 15x20, respectivamente.

Comemorações do 25 de Abril no Porto

Concerto Comemorativo

Na noite de 24 de Abril, de acordo com a tradição popular, teve lugar na Praça General Humberto Delgado o concerto comemorativo do 25 de Abril.

A realização deste evento foi apoiada pela Câmara Municipal do Porto. Nele intervieram o Coral de Letras da Universidade do Porto, a cantora Filipa Pais e a voz da Galiza, Uxia e a sua banda.

À meia-noite realizou-se um espectáculo de fogo de artifício.

Prova de Atletismo

Por iniciativa da Associação das Colectividades do Concelho do Porto, na manhã do dia 25 de Abril realizou-se uma prova de atletismo. O tiro de partida, às 10 horas, foi dado pelo Presidente da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril, tenente-coronel Ribeiro da Silva, junto ao Museu Militar do Porto.

Desfile Cívico

No início da tarde do dia 25 de Abril, milhares de pessoas desfilaram pelas ruas centrais do Porto, numa manifestação que uniu cidadãos anónimos e figuras representativas do movimento social.

O desfile teve início na praça Soares dos Reis, junto ao Museu Militar, instalado no edifício da sede da extinta PIDE/DGS, após ter sido realizada uma homenagem aos resistentes anti-fascistas. Esta manifestação cívica terminou na Avenida da Liberdade, em sintonia com a iniciativa da Associação de Paraquedistas do Norte, que realizou uma espectacular prova de saltos.

Organizado pela União de Sindicatos do Porto, o evento teve ampla participação de grupos profissionais, colectividades culturais e associações cívicas.

Festa Popular

A festa popular da tarde do dia 25 de Abril, que encheu a Avenida da Liberdade e a Praça General Humberto Delgado, foi organizada pela Federação das Colectividades do Distrito do Porto.

Imediatamente antes do seu início, o tenente coronel Ribeiro da Silva, na sua qualidade de Presidente da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril, proferiu um discurso de homenagem aos ideais de Abril.

Comemorações do 25 de Abril no Porto

Homenagem aos Poetas da Centelha

O ciclo comemorativo do 27º aniversário da Revolução dos Cravos iniciou-se a 19 de Abril, com a homenagem à Editora Centelha, na sede da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Com o objectivo de reflectir sobre o contributo dos poetas dos anos que antecederam a Revolução de 25 de Abril de 1974, realizou-se um colóquio/debate que contou com a presença dos autores publicados na colecção ***Poesia do Nosso tempo*** e dos fundadores da Centelha, Marcelo Ribeiro e Rui Mendes.

Para recordar a poesia que anunciou Abril, teve lugar um recital de poesia. A iniciativa consistiu ainda num conjunto de realizações: exposição bibliográfica, venda de publicações e lançamento de um livro de textos inéditos de poetas que participaram dessa aventura: Manuel Alegre, José Manuel Mendes, António Manuel Lopes Dias e Rui Namorado.

Exposição:
Guerra Colonial, uma hisória por contar

A 23 de Abril, no átrio da Câmara Municipal do Porto, teve lugar a inauguração de uma exposição organizada pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Esta exposição, designada "Guerra Colonial - uma história por contar" e constituída por documentos pertencentes ao Museu da Guerra Colonial, esteve patente ao público até 28 de Abril.

Visionamento do Filme
Natal de 71

A 24 de Abril, na sala de cinema do Teatro do Campo Alegre, a partir das 18 horas, foi apresentado o documentário "Natal de 71" da autoria de Margarida Cardoso.

Com apoio do Cine Clube do Porto e da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, esta iniciativa do Teatro do Campo Alegre contou com a participação da realizadora no debate realizado após o visionamento do filme.

Jantar / Concerto

A 24 de Abril, organizado pela União de Sindicatos do Porto, realizou-se um jantar comemorativo dos 27 anos da Revolução, tendo como convidado de honra o presidente da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril.

Os numerosos convivas puderam participar no concerto de música revolucionária que acompanhou o jantar, realizado nas instalações do Sindicato dos Bancários do Norte. A sessão foi ainda animada com declamação de poesia e com um diaporama centrado no tema "Porto, cidade de trabalho".

COLÓQUIO NO PORTO:

"25 de Abril em 2001: novos conceitos, novos direitos"

Comemorações do 25 de Abril

Celebrando o XXVII aniversário da Revolução dos Cravos, a Delegação do Norte da Associação 25 de Abril promoveu um colóquio designado ***25 de Abril em 2001: novos conceitos, novos direitos***. O evento teve lugar num dos auditórios do Instituto Superior de Engenharia do Porto, na tarde do passado dia 28 de Abril. Seguiu-se um debate que foi moderado pelo juiz conselheiro Flávio Ferreira.

Diferentes abordagens do mote estiveram a cargo de diversos oradores: *A Igualdade de Direitos entre os Cidadãos* foi o tema tratado pelo professor Nuno Grande. *Novos Poderes, Novos Direitos* foi o tema desenvolvido pela arquitecta Helena Roseta. *Os Direitos das Minorias Étnico-culturais* foram abordados pelo doutor Pedro Bacelar de Vasconcelos.

O professor Nuno Grande classificou como novos direitos do século XXI o direito à identidade, o direito à família, o direito ao projecto de vida, o direito à complementaridade e o direito à contemporaneidade. Tendo valorizado a necessidade de uma educação de atitudes, esclareceu a importância da vivência quotidiana para a estruturação de um código de comunicação. Salientou a importância da família para a aquisição de uma escala de valores e de um padrão comportamental. Defendeu a ideia de que o projecto de vida é fundamental para dar sentido à existência individual e esta é a razão para o direito ao sonho. Tendo articulado as possibilidades da globalização com o direito à complementaridade, considerou que o respeito pela diversidade biológica e cultural deverá conduzir à mudança radical nas relações entre os povos da Terra bem como ao combate às desigualdades. Para finalizar, apresentou o direito à contemporaneidade como uma síntese de todos os outros, dado que aponta para a aplicação dos avanços científicos e técnicos às diversas sociedades e dos Direitos Humanos a toda a humanidade.

A deputada Helena Roseta, que abordou o subtema ***Novos Poderes, Novos Direitos***, começou por afirmar que, se tivermos em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, verificamos que o universo dos direitos está em expansão. Situando-se no quadro dos estudos de mudança de paradigma do poder, a oradora realçou a tendência para a alteração da estrutura tradicional dos poderes, ou seja, a tendência para a passagem da hierarquia em pirâmide para a organização em rede. Quanto aos poderes tradicionais - com base no saber, na força e no dinheiro, mostrou a sua diluição em outros eixos - poderes instituídos, fluxos, saber e lazeres, movimentos e causas, cada um deles potenciadores de uma pluralidade de poderes emergentes. Uma vez caracterizada a complexidade de situações de poder nos nossos dias, tempos de transição de paradigma, a deputada questionou a eficácia da democracia para a garantia dos direitos. Munindo-se dos conceitos de Alain Touraine (representatividade, cidadania e limites do poder), concluiu que a emergência de novos poderes é mais rápida do que a instituição dos respectivos limites, o que provoca uma carência nos direitos. A título de exemplificação, apresentou algumas dicotomias: liberdade de acção e manutenção da segurança, liberdade de expressão e "telelixo" ou "infolixo", igualdade de direitos e direito à diferença, entre outros. Dos paradoxos apresentados, destacou os direitos das minorias e os direitos das mulheres. Para finalizar, pôs em evidência o valor da educação e das movimentações cidadãs para a construção de um sistema democrático de alta intensidade, ou seja, de uma democracia representativa, participativa, inclusiva e sustentável.

A comunicação do doutor Pedro Bacelar de Vasconcelos iniciou-se com o questionamento sobre a compatibilidade dos direitos das minorias étnico-culturais com o conceito etimológico de democracia enquanto poder da maioria. Situando-se no campo da observação empírica, afirmou que as questões das minorias passam a ter visibilidade quando os seus direitos são postos em causa. Tendo atribuído à juventude do nosso sistema democrático a vulnerabilidade às paixões xenófobas, apontou contudo alguns estrangulamentos do sentido da liberdade que se verificam no nosso sistema e que se explicam pela persistência de profundos arcaísmos. Apesar da dimensão mágica da Revolução de 25 de Abril, não foram varridos comportamentos ancestrais de intolerância, pois permanece viva a nossa memória de 500 anos de segregação de ciganos e não abundam exemplos de integração harmoniosa de imigrantes africanos. Alertou para o risco de abrirmos caminho à demagogia populista, no quadro da persistência da miséria suburbana e do aproveitamento de sentimentos de insegurança. Para finalizar, salientando como traço dos tempos contemporâneos a fatalidade de convivência intercultural, afirmou ser cada vez mais necessário reflectir sobre o grau de consolidação da vertente cívica do nosso regime democrático.

Seguiu-se um animado debate que possibilitou a articulação das temáticas abordadas por cada um dos oradores com questões diversas, tais como aspectos parcelares dos direitos das mulheres, medidas de discriminação positiva ou irradiação de novos direitos. Na generalidade, as preocupações dos intervenientes centraram-se na constatação de sinais de esvazeamento da democracia e na busca de formas de activação da cidadania.

Homenagem a uma luta

João Baptista Magalhães*

Comemorou-se, durante o mês de Março, o octogésimo aniversário do Partido Comunista Português. O desinvestimento nos valores e finalidades da democracia parece impedir, de forma injusta e arrogante, uma avaliação serena da importância do mais velho partido português na formação dos ideais de luta por um mundo justo e humano que apaixonaram a minha geração. E essa circunstância é tanto mais injusta e intelectualmente desonesta, quanto mais se pretende fazer crer, às gerações mais novas, que o património dos comunistas portugueses se reduz ao modelo de organização política da União Soviética. Com que direito se pode lançar no esquecimento a coragem e generosidade dos militantes comunistas na luta contra o fascismo e por melhores condições de vida dos trabalhadores portugueses?!...

Foi pelo testemunho de muitos comunistas que, muitos de nós, aprenderam a amar a liberdade, a solidariedade e a viver o 25 de Abril. Talvez só haja uma outra instituição que nos tenha influenciado tanto: a Igreja, através dos seus movimentos de acção católica. E, apesar das leituras que, então, fazíamos de Bertrand Russell, o que mais nos preocupava não eram as razões para deixar de ser cristão, mas o diálogo entre cristãos e comunistas. Entendíamo-nos no mesmo apego à liberdade; cruzávamos as preocupações que vinham, umas vezes, do "direito à informação" e, outras vezes, do "socorro vermelho"; partilhávamos o mesmo olhar atento sobre as famílias dos presos políticos, das consequências da guerra, dos problemas da pobreza, da liberdade e da justiça; estávamos irmanados numa mesma causa: construir uma democracia libertadora ou, como também se dizia, um mundo melhor.

Tudo isto constituiu a raiz da nossa formação humana e cívica. O caminho percorrido, a partir daí, teve muitos sobressaltos e contradições; mas, o que profundamente ficou foi, sem dúvida, a paixão pela liberdade e por uma sociedade melhor.

Hoje, para muitos, este património não passa de um arcaísmo. O que actualmente conta é o pragmatismo, o pensamento de conveniência, o sucesso feito de cinismo, o que dá lucro. Porém, por mais que nos acusem de sermos "politicamente incorrectos", continuamos convencidos de que temos uma dívida para com os homens que, fazendo parte de um partido que nunca foi o nosso, foram a referência do melhor que houve na minha geração. Romper o silêncio dessa memória é dizer aos nossos filhos que não há melhor herança do que o amor à liberdade e à justiça. Naturalmente, dizer isto não é "politicamente correcto"! Mas, o que se poderá esperar de quem valoriza sentimentos de gratidão!?...

* Professor e Mestre em Filosofia

Assembleia Geral Ordinária da Delegação do Norte

Teve lugar nas instalações desta Delegação em 24 de Março passado a Assembleia Ordinária Anual, com a presença de cerca de duas dezenas de sócios.

Após a leitura e a aprovação da acta da última Assembleia, foi lido e aprovado o Relatório da Direcção do ano transacto e divulgadas as contas do mesmo ano.

Seguiu-se um período em que o Presidente da Direcção deu conhecimento aos presentes do que se passou na última A. G. Nacional, tendo sido particularmente polémico o aumento das quotas aprovado nessa Assembleia.

Os associados presentes tomaram também conhecimento do programa das Comemorações Populares do 25 de Abril na cidade do Porto, cuja comissão organizadora a A25A integra, bem como da iniciativa em parceria com o JN "Estórias da História do 25 de Abril".

Mais que uma A. G. foi um momento de convívio entre associados e amigos que aproveitam a oportunidade para enaltecer os valores do 25 de Abril.

Autoridade e prestígio

David Martelo

Lê-se nos jornais que o Exército recebeu com indignação a decisão do Governo de nomear o general Silva Viegas para as funções de chefe do Ramo. Há nessa reacção, todavia, uma combinação de motivações justas com uma certa inadaptação à emenda que a Lei n.º 18/95, de 13 de Julho, introduziu na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (29/82 de 11 de Dezembro). Com essa alteração, o poder político pretendeu vincar a sua independência relativamente às Forças Armadas (FA) quando se tratasse da nomeação dos seus chefes principais. Daí em diante, por conseguinte, as FA só poderiam aspirar a influenciar a designação dos chefes de estado-maior na razão directa da sua força política. De resto, o mesmo se passa, em situações idênticas, com outras organizações tuteladas pelo Estado.

Em democracia, a força política das FA não se mede, obviamente, pela capacidade de ameaçar o governo com as armas que estão à sua guarda. Essa força política ganha-se em dois campos distintos que importa identificar:

Em primeiro lugar, através do desempenho competente e abnegado das missões que cabem às FA – é a imagem para o exterior.

Em segundo lugar, através de uma gestão das carreiras militares que incentive o espírito de serviço à Pátria e não a obsessão por agradar aos chefes. Dito de outro modo, trata-se de desenvolver uma cultura do prestígio contra a cultura do carreirismo. Só a primeira garante o aparecimento de chefes competentes e corajosos, aptos a representar os seus subordinados mais humildes e não apenas os que aspiram ao generalato «a todo o custo».

Poder-se-ia acrescentar que o regime político em que vivemos foi obra das FA e que não ficaria mal recordá-lo, de tempos a tempos. Era, seguramente, uma forma de capital político que, legitimamente usado, contribuiria para manter uma postura firme perante as instâncias do poder. Todos sabemos, porém, como se procurou, precisamente, apagar da memória dos militares toda e qualquer evocação que tivesse a ver com o 25 de Abril.

Tem sido tão flagrante nas duas últimas décadas – com algumas raras excepções – a indisponibilidade dos chefes militares para interpretarem actos de coragem em nome das FA que, na realidade, acabam por se apresentar perante o poder político completamente desarmados e submissos. Quando hoje se houve dizer a alguns militares que a subordinação democrática ao poder legítimo não pode nem deve ser entendida como submissão ou sujeição, é preciso não esquecer que o comportamento dos chefes militares nos últimos vinte anos – com as já aludidas excepções – contribuiu decisivamente para a perda de força política das FA. Os acontecimentos de 2 de Janeiro último – com o ministro da Defesa a recordar a frase de Clemenceau sobre os militares e o Presidente da República a designar o CEME por «cabo-de-guerra», sem que nenhuma reacção das chefias viesse a público – são a demonstração de que escasseia nos altos postos a disponibilidade para «tombar em combate» por questões de princípio.

Se não cultivarem perante os subordinados as virtudes com que se constrói o prestígio, os chefes militares ficam quase só armados de autoridade. Mas a autoridade vem-lhes, precisamente, do poder político, não sendo, ao contrário do prestígio, propriedade sua. Em qualquer momento lhe pode ser retirada. No entanto, sucede por vezes que, enquanto a possuem, não hesitam em exercê-la de forma intolerante – como se pôde constatar, recentemente, no tocante a medidas disciplinares aplicadas a dirigentes de associações de militares. Quem, por um lado, cultiva este tipo de autoritarismo para com os subordinados e, por outro lado, se deixa apoucar tão flagrantemente, corre o risco de que, um dia, alguém formule, relativamente à sua postura, o mesmo juízo com que o general de Gaulle brindava os comunistas:

«Fazem tudo o que lhes deixam, mas também deixam que lhes façam tudo».

Contra a Corrente

Chega-me às mãos a convocatória para a Assembleia Geral de 10 de Março de 2001 e, com ela, uma carta da Direcção da A25A em que se dá conta das iniciativas e acontecimentos que se avizinham. Entre estes, avultam a próxima inauguração da sede nacional e o lançamento de uma campanha de angariação de novos sócios.

Façamos uma pequena reflexão.

Durante anos, a ausência de uma sede condigna constituiu motivo de diversas lamentações, sendo a sua inexistência frequentemente associada a uma certa limitação para o lançamento de iniciativas culturais e recreativas. É preciso reconhecer que, se é respeitável a opinião atrás expressa, também o é aquela outra que considerava haver condições para desenvolver mais iniciativas utilizando espaços cedidos temporariamente.

No entanto, fico algo perplexo quando constato que, no texto da aludida carta da Direcção, se afirma a dado ponto:

A nova sede, sendo um projecto antigo que perseguíamos há muito tempo, vem-nos trazer, junto com novas capacidades e novas possibilidades de actividades, responsabilidades acrescidas.

O desafio que iremos enfrentar é o da sua utilização plena e da sua manutenção.

Um objectivo consideramos, no entanto e desde já fundamental: o alargamento da A25A a um maior número de associados.

A minha perplexidade perante estas linhas, firma-se no receio que a definição de alargamento da A25A a um maior número de associados como objectivo fundamental venha a constituir o factor desculpabilizante que, durante muitos anos, foi ocupado pelo objectivo-sede. Naturalmente que a questão do número de sócios é importante, mas é-o há muitos anos. Simplesmente, uma campanha de angariação de sócios não se faz para melhorar uma colectividade – é, sim, uma consequência da sua afirmação em termos de dinamismo e qualidade. Não é uma causa, é um efeito!

Assim, o objectivo fundamental imediato deve ser, sem hesitações, a dinamização da A25A, por forma a torná-la visível, respeitada e admirada em termos de presente e de futuro – e em qualquer mês do ano...

David Martelo

Faleceu o Eng. António Soares

Eng.º António Soares
Faleceu no dia 16 de Março

Faleceu no passado dia 16 de Março, no Porto, na sua residência, com doença prolongada, o Eng. António Augusto dos Santos Soares, marido da nossa associada Dra. Maria Nazaré Patacão Soares.

O eng. António Soares, como era conhecido entre os amigos, nasceu em 22 de Setembro de 1919, na Cidade do Porto. Licenciou-se em Engenharia pela Universidade do Porto, em 1942/43. Pertenceu, desde os tempos do liceu, a movimentos de esquerda e desempenhou um papel preponderante no MUD. Fez parte, com o Prof. Oscar Lopes, da célula dos intelectuais do PCP. Em 1948, o Conselho da Faculdade de Engenharia do Porto formulou uma proposta "aprovada por unanimidade" na qual pedia "autorização superior" para o contratar como assistente daquela Faculdade. O pedido foi recusado pela PIDE. Convencido de que podia persuadir o então Ministro da Educação, o director da Faculdade de Engenharia, Eng. Theotónio Rodrigues, insistiu no pedido e obteve nova recusa. O eng. António Soares foi, assim, por motivos políticos, afastado da actividade docente que desejava exercer e para a qual sentia gosto e vocação.

Como engenheiro, a sua actividade foi muito intensa. Entre mais de um milhar de obras realizadas por todo o País e, ainda, em Moçambique, em Angola e em Cabo Verde, esteve ligado à construção das seguintes obras: Fábrica de Cerâmica de Valadares, Estação de Serviço Volvo, Escola Alemã, Cinema Trindade, Palácio dos Desportos e Casa do CTT da Avenida dos Aliados, no Porto; Companhia Fabril do Cávado, em Braga; Fábrica dos Chocolates Imperial, em Vila do Conde; Torre do Amaldo, em Coimbra; Mosteiro de Singeberga, em Santo Tirso; etc., etc.

O eng. António Soares era conhecido como um profissional competente, um homem bom e um homem de esquerda. Foi, desde a primeira hora um apoiante da A25A, aparecendo sempre que podia, acompanhado da sua esposa, em todas as iniciativas da Associação.

À sua esposa e família, apresentamos sentidas condolências.

Visita de Rui Rio à Delegação Norte da A25A

Rui Rio, candidato à Câmara do Porto pelo PSD, quis, num gesto que apraz registar, cumprimentar a Delegação do Norte da A25A, como primeira acção da sua corrida à Autarquia.

Foi recebido na sede da Delegação pela Direcção, estando presentes, entre outros militares de Abril, o Ten. Cor. Ribeiro da Silva, o Cor. Tomás Ferreira, o Cor. Guimarães, o Comandante Abel Tavares e o Sarg-Mor Ribeiro Pinto. Acompanhavam Rui Rio, o Arq. Sá Carneiro, o Prof. Doutor Paulo Morais, o Prof. Doutor Mota Cardoso e outras personalidades do PSD.

Nos cumprimentos, o Presidente da Delegação, Ten. Cor. Ribeiro da Silva, apresentou um dossier da história da Associação, dos seus problemas e dos seus projectos, onde se destaca um centro de documentação de apoio à investigação dos movimentos políticos e cívicos que tiveram lugar no Porto. Rui Rio sublinhou o aspecto simbólico da sua visita, falou da sua relação afectiva com o 25 de Abril e lembrou que a sua candidatura, por alguma razão, foi anunciada no dia 25 de Abril. Falou, depois, sobre as suas preocupações com a evolução do regime democrático em Portugal, afirmando que «os poderes dos cidadãos se encontram cada vez mais fragilizados, enquanto outros poderes se vão fortalecendo». No seu entender, para combater esta situação, é necessário devolver aos cidadãos o orgulho de ser português e de fazer parte de um projecto que é por todos construído. Por isso, «o Porto não se pode confinar a discutir questões locais ou regionais, tem de intervir nos assuntos nacionais, para ter dimensão nacional». Recordou que o Porto, entre 1850 e 1950, no tempo de Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Raul Brandão (com o seu projecto para Portugal) e outros, foi o centro do pensamento não só nacional como até europeu e com repercussões no Brasil e na América Latina. Voltando ao 25 de Abril, frisou que a data é uma referência para os partidos e é indissociável da própria democracia, sublinhando que «estar numa associação que, de certa forma, representa os militares que instauraram a democracia em Portugal, é tomar consciência das obrigações que um político deve ter para defender e aprofundar os valores do regime democrático».

Seguidamente, o presidente da Delegação ofereceu a Rui Rio uma medalha da A25A e seguiu-se um agradável convívio.

A Delegação do Norte da A25A, como não poderia deixar de ser, está aberta, sem condições, a todos os candidatos à Câmara e a todos os partidos que com ela queiram partilhar preocupações ou debater ideias. Sentiu-se, por isso, honrada pelos cumprimentos que o candidato pelo PSD lhe quis prestar.

O Novo Rosto da Cidadania

No Porto, como noutras cidades portuguesas, é ampla a diversidade étnico-cultural... De facto, paralelamente à cultura dominante, quer na sua dimensão erudita quer nas diversas versões da cultura popular, coexistem culturas específicas das chamadas minorias étnicas. E, à medida que a cidade se desenvolve e se transforma, incorpora na sua vivência conjunta os traços culturais das diversas comunidades.

Ninguém fica indiferente às manifestações culturais das comunidades de origem cigana ou de matriz africana, sobretudo no domínio da música e da dança. E ninguém recusará a proposta de conhecer melhor a cultura indiana através dos traços da sua culinária. Como também ninguém deixará de se interessar pela revelação das influências da cultura judaica no nosso quotidiano colectivo. Muito do vigor cívico de uma sociedade se mede pela interacção positiva entre culturas.

Da programação do "Porto-2001" ressalta a intenção de estabelecer pontes entre diversos padrões culturais. Por isso apoiou a iniciativa da Associação "Olho Vivo", que, entre os meses de Março e Abril, permitiu a revelação da riqueza da diversidade cultural da nossa cidade.

No espaço do Mercado Ferreira Borges, ao longo de um mês, desfilaram as mais variadas figuras de cartaz, as mais diversas mostras de artesanato, as mais diversas propostas de artes plásticas. Do confronto de tradições de variada origem reconstruíram-se identidades. Do debate de ideias sobre os novos contextos para o exercício da cidadania surgiram novas cumplicidades.

No dia 25 de Abril, celebrando o XXVII aniversário da Revolução dos Cravos, foi projectado o filme ***Se a memória existe*** de João Botelho, ao que se seguiu um debate com a participação do autor do argumento Manuel António Pina.

Partilhando este espaço cívico colectivo e de acordo com uma dinâmica de valorização da multietnicidade, esteve presente a Delegação do Norte da Associação 25 de Abril, neste dia de encerramento do ciclo comemorativo ***O novo rosto da cidadania***.

Convites e/ou Pedidos de Representação

14 de Fevereiro
- Do presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, para a conferência "Um Salto Para a Guerra", proferida pelo Major Fernando de Oliveira Lima, no Museu militar do Porto.
- Da direcção da Companhia de Teatro Seiva Trupe, para a estreia do espectáculo "Paixões" no Teatro do Campo Alegre.

Representação feita pelo Presidente e pelo Tesoureiro

18 de Fevereiro
- Da Casa dos Açores do Norte, para tarde cultural.

Representação feita pelo Presidente

ASMIR
ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

EXISTIMOS PARA
- **Representar e defender os Sócios, seus dependentes e familiares**
- **Dignificar e prestigiar a Instituição Militar**

JUNTE-SE A NÓS

Contacte-nos para:
Rua Elias Garcia, n.º 47 • Apartado 76 • 2334-909 ENTRONCAMENTO • TEL. 249 726 859

Vamos aprender Bridge! (51)

Iniciámos, com o artigo anterior, um novo capítulo nas nossas charlas bridgísticas, apresentando algumas considerações genéricas sobre o CARTEIO e mais particularmente sobre os PLANOS DE JOGO.

Iremos hoje comentar algumas mãos, procurando especificar as TÉCNICAS DE CARTEIO adequadas aos jogos em análise, tendo sempre em conta que a SEGURANÇA dos contratos será a principal preocupação, em detrimento da eventual vasa a mais.

1 - O CARTEIO
1.2 - CARTEIO EM ST
1. 2.1 - CORTAR AS COMUNICAÇÕES AOS ADV

Consideremos que nos encontramos em S e que a nossa linha possue os seguintes jogos:

♠ 73
♥ 10852
♦ R1054
♣ AR4

N
W E
S

♠ A98
♥ AR6
♦ DV72
♣ D85

O leilão produzido foi o seguinte:

S	W	N	E
1ST	Passo	2 ♣	Passo
2 ♦	Passo	3ST	Passo
Passo	Passo		

Saída de W: - ♠ 4

Exposto que foi o morto, tal como referimos no artigo anterior, fizemos uma pausa para analisar o jogo do nosso parceiro (morto) e tentar intuir sobre o tipo de saída de W.

O 4 de ♠ indicia claramente que o ADV à nossa esquerda (LHO - left hand opponent) fez uma saída agressiva com manifesta intenção de apurar o seu naipe comprido.

A partir de que comprimento (entenda-se número de cartas) as ♠ em W poderão constituir real ameaça para o cumprimento do contrato? Quantas VASAS GANHANTES À CABEÇA ou RÁPIDAS é que possuo?

São estas as primeiras questões que deverão ser colocadas pelo carteador (S). A análise dos jogos permitirá tirar as seguintes conclusões:

VASAS RÁPIDAS

- 1 a ♠
- 2 a ♥
- 3 a ♣

6 vasas

logo terá o carteador de, obviamente, concluir que as 3 vasas que lhe faltam para cumprir o contrato terão que ser obtidas com a exploração (apuramento) do naipe de ♦.

Nada mais simples de concluir ainda que sem entrar em linha de conta com a ameaça que a saída a ♠ poderá representar.

Debrucemo-nos então sobre esse perigo. Se o naipe da saida tiver um comprimento de 4 cartas em W não existe qualquer risco em dar a mão, no A♦, a qualquer dos ADV.

Mas se as ♠ em W tiverem um comprimento de 5 ou mais cartas, logo que o cortador dê a mão aos ADV, estes encarregar-se-ão de tirar mais quatro ou cinco vasas em ♠, mimoseando a linha N/S com 1 ou mais incomodativos cabides.

Perante esta situação estará S perante um dilema sem saída? É o que iremos procurar resolver, ainda que a maior parte dos leitores já tenha encontrado a solução.

Se W (a mão perigosa) tiver 5 ou mais cartas de ♠ o sucesso do contrato defenderá de o A ♦ se encontrar em E e este ADV já não possuir mais nenhuma carta de ♠ para poder PASSAR A MÃO a W.

Verdadeiro ovo de Colombo esta HIPOTESE GANHANTE! Restará apenas saber como fazer para CORTAR AS COMUNICAÇÕES em ♠ entre E e W, já que não há outro naipe em que possam comunicar.

Novo ovo de Colombo ou o mesmo com duas gemas, dado que bastará RECUAR a entrada com o A♠, deixando os ADV fazerem a 1ª e a 2ª vasas e só à 3ª entrar então com o A♠. Dado que possuindo N/S 5 cartas de ♠, se W tiver outras 5, então E só poderá ter 3 cartas de ♠ ("elementar my dear Whatson!")! logo se o carteador RECUAR duas vezes as ♠, desde que o A ♦ esteja em E, será impossível que W possa aproveitar as cartas apuradas em ♠, porque nunca terá a mão até que o contrato esteja cumprido.

É evidente que se o A ♦ estiver em W o contrato è inganhável mas também é óbvio que o carteador deve procurar é formular e explorar as HIPÓTESES GANHANTES, quando elabora o seu PLANO DE JOGO, socorrendo-se da técnica já referida como a de ACUMULAÇÃO DE HIPÓTESES.

♠ 73
♥ 10852
♦ R1054
♣ AR4

♠ RV642
♥ D93
♦ 63
♣ V93

N
W E
S

♠ D105
♥ V74
♦ A98
♣ 10762

♠ A98
♥ AR6
♦ DV72
♣ D85

Os carteios que utilizam a técnica de cortarem as comunicações aos ADV são frequentes nos contratos em ST e também nos contratos em trunfo.

Recomendo que interiorizem esta manobra técnica e que quando a aplicaram se recorram da útil "REGRA DOS 7", que passo a apresentar:

REGRA DOS 7

Quando se possui uma paragem no naipe de saída e quando, para cumprir o contrato, se tem que voltar a dar a mão aos ADV, há que contar-se o número de cartas, desse naipe, existentes na mão do carteador e na do morto e subtrair-se esse total do algarismo 7, para que o resultado dessa subtracção (resto) indique imediata e concretamente quantas vezes se deve recuar a entrada, por forma a garantir-se a quebra de comunicação entre os ADV nesse naipe.

A aplicação da **REGRA DOS 7** garante ou o corte das comunicantes entre os ADV ou a existência de uma distribuição do naipe que não afectará o cumprimento do contrato. É mais uma «ferramenta» de grande utilidade para os carteadores, até porque os alivia de alguns outros cálculos mentais mais complicados e pouco práticos, sobretudo quando se está sujeito à pressão que a responsabilidade pelo cumprimento do contrato obviamente provoca.

Vejam como a REGRA DOS 7 se aplicava na mão que analisámos:

2 cartas de ♠ no morto + 3 na mão = 5
7-5 = 2

A **REGRA** indicava que se devia recuar a entrada do A ♠ duas vezes, que foi o que fizemos mas só após um raciocínio lógico mais elaborado.

É fácil, prática e eficaz, pelo que recomendamos a aplicação desta **REGRA** muito particularmente nos contratos ST.

Até ao próximo número
Luís Galvão

Sala de jogo

Sala da redacção de O Referencial

Fórum 25 de Abril

Gabinete do Presidente da Direcção

Sala de reuniões da Direcção

Pormenor de uma zona de circulação

Mais uma vista do Fórum 25 de Abril